

GRAZIELLE TAGLIAMENTO

**Com a palavra, o prover: uma análise das masculinidades produzidas
em contextos familiares nos quais a mãe é a provedora**

Florianópolis, 2007.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**COM A PALAVRA, O PROVER: UMA ANÁLISE DAS
MASCULINIDADES PRODUZIDAS EM CONTEXTOS
FAMILIARES NOS QUAIS A MÃE É A PROVIDORA**

Grazielle Tagliamento

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra Maria Juracy
Filgueiras Toneli

Florianópolis, 2007.

À minha família:

Ao meu pai que como muitos homens sofreram o dissabor da luta cotidiana pela
hombridade e honradez. E que jamais deixou de ser um “Grande Homem”!

À minha mãe, que é mãe, trabalhadora, emotiva, sensível, masculina, feminina,
batalhadora e eterna incentivadora!

Ao meu querido irmão, homem sensível, criativo, apaixonado pela vida, um grande
companheiro!

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai (*in memoriam*) que com suas palavras e gestos carinhosos sempre me incentivou e confiou em meus sonhos e projetos. Carinho que ainda reverbera em minha vida...

A minha mãe, que, mesmo à distância, se fez presente nesta jornada com palavras acalentadoras e incentivadoras. Sempre transmitindo muita energia para a minha vida. Meu porto seguro.

Ao meu irmão, que com a sua irreverência conseguia transformar os momentos de angústia e incerteza em momentos mais alegres.

A minha tia-mãe Waldiria, que desde os meus primeiros passos na jornada do conhecimento esteve ao meu lado, me ensinando a escrever (com direto a caderno de caligrafia e tudo, pena que ele não funcionou!), a ler, a viajar nas histórias contadas nos livros, a sonhar e lutar pelos meus sonhos. Sempre dizendo: você vai conseguir! Viu você conseguiu!

A minha amada avó Luzia, que sempre se preocupou comigo, torceu por mim. Pessoa para quem eu sempre recorria nos momentos de angústia para pedir suas orações e uma palavra de carinho. Viu avó, suas orações valeram!

À Fran, grande companheira que sempre esteve ao meu lado com sua praticidade e ternura. Muito obrigada pelas boas conversas, pelas ajudas fundamentais nos momentos mais difíceis e principalmente pela paciência, carinho e dedicação que sempre teve comigo nesta caminhada.

À Jura, com quem iniciei os meus estudos sobre gênero e masculinidades e que com maestria e carinho orientou a elaboração desta dissertação.

À amiga Gi, grande parceira para a vida, exemplo de mulher guerreira. Com quem aprendi muito ao longo destes dois anos, principalmente a não esquecer de lutar pelos meus sonhos. Com quem pude compartilhar alegrias e tristezas, lágrimas e sorrisos, enfim, minha vida.

À amiga Jana, grande cúmplice nestes dois anos, que com sua serenidade e ternura me acolheu quando precisei de colo e me incentivou nos momentos que precisava prosseguir em minha caminhada.

Às amigas Bianca, Clarete e Karlinha, pelos ótimos momentos de descontração e compartilhar que passamos juntas.

Às famílias entrevistadas que gentilmente compartilharam suas dores e alegrias, viabilizando a construção desta dissertação.

À CAPES pelo incentivo em minha carreira acadêmica.

A todos/as os/as colegas e amigos/as do MARGENS que, de alguma forma, fizeram parte da elaboração desta dissertação..

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo a análise dos processos de subjetivação e das produções de masculinidades por/para famílias de camadas médias nas quais a mãe é a provedora do sustento financeiro, enquanto que o pai encontra-se desempregado e, por vezes, sem trabalho, bem como verificar quais as normas e resistências engendradas em tais procedimentos. Para tanto foram realizadas entrevistas com os membros de duas famílias, que, posteriormente, foram transformadas em discursos familiares acerca de suas práticas cotidianas, tendo como pano de fundo o enunciado do prover. O exame deste material possibilitou uma contextualização das idiosincrasias e congruências entre as práticas destas famílias, o que viabilizou a verificação de que ante as mesmas normas, num jogo de agonismo entre estas e as contingências impossibilitadoras de reiterá-las, subjetividades e masculinidades múltiplas afloraram. Nestas lutas ocorreram subversões aos mandatos que determinam posições e atributos específicos para homens e mulheres, os quais, no entanto, por desejarem o reconhecimento do outro, almejaram reiterá-los e sofriram por não o conseguirem. Contudo, a (re)criação dos modos de existência destas organizações familiares, foi potencializada pelos afetos que permeavam seus vínculos.

Palavras-chave: Processos de Subjetivação, Famílias e Masculinidades

ABSTRAT

This research had as its objective the analysis of the subjectivation process and production of masculinities by/for medium class families in which the mother is the sole provider of financial sustenance, while the father is unemployed and, sometimes, without work, as well as verifying which are the norms and resistances engineered in such procedures. Inasmuch interviews were conducted with the members of two families, which, posterior to that, were transformed into family discourses about their daily practices, having as a background the enunciate of providing. The examination of this material allowed the contextualization of the idiosyncrasies and congruencies between the practices of these families, which allowed the verification that under the same norms, in a game of agonists between these and the reiteration impossibilitating contingencies, multiple subjectivities and masculinities emerged. In these fights subversions to the position determining mandates of specific attributes and positions of men and women occurred, but that, by desiring the recognition of the other, individuals wanted to reiterate it and suffered when they could not. However, the (re-)creation of the existence modes of these family organizations, was multiplied by the affection that permeated its links.

Keywords: Subjectivation Processes, Families, Masculinities

A busca de estilos de existência tão diferentes uns dos outros como seja possível me parece um dos pontos, graças aos quais a investigação contemporânea se pode inaugurar na antigüidade, em grupos singulares. A busca de uma forma de moral que seja aceitável para todos – no sentido de que todos devam submeter-se a ela – parece-me catastrófica
(FOUCAULT, 2002b, p. 292).

Um dos meus objetivos é mostrar às pessoas que um bom número de coisas que fazem parte dessa paisagem familiar – que as pessoas consideram como universais – não são senão resultados de algumas mudanças históricas muito precisas. Todas as minhas análises vão contra a idéia de necessidades universais na existência humana. Mostram o caráter arbitrário das instituições e nos mostram qual é o espaço da liberdade que ainda dispomos e que mudanças podemos ainda efetuar
(FOUCAULT, 2002a, p. 296).

SUMÁRIO

Resumo	vii
1. Introdução	10
2. Sujeitos e subjetividades	18
2.1. Trabalho e os processos de subjetivação/objetivação	24
2.2. Gênero	29
2.3. Masculinidades e o prover	35
3. Práticas discursivas e a produção de sujeitos	40
3.1. O prazer e a dor das confissões	43
3.2. Diálogos possíveis	45
4. O campo e seus meandros	47
4.1. O micro e o macro – sujeitos e famílias	51
5. Modos de vida e práticas discursivas na urdidura da cotidianidade familiar ...54	
5.1. As práticas cotidianas	55
Família Santos	55
Família Rodrigues	63
5.2. Normas e processos de subjetivação	74
6. A emergência de subjetividades e masculinidades	91
7. Referências	97
8. Anexos	108
Anexo 1 - Pesquisa no banco de dados da CAPES	108
Anexo 2 - Roteiros de entrevistas	118
Anexo 3 - Termo de consentimento livre e esclarecido	121

1. INTRODUÇÃO

Meu pai é um vagabundo, vive dormindo e quando tá acordado fica gritando e brigando comigo e com a minha mãe.

(M. 17 anos)

Este trecho é parte da fala de um jovem quando indagado acerca da sua relação com o seu pai, visto que ele falava apenas da sua mãe durante um grupo de Orientação Profissional. Ao longo dos encontros deste grupo, foi possível identificar que a atribuição do caráter de vagabundo ao pai dava-se pelo fato de ele não ter um emprego fixo e fazer “bicos” fora de casa, realizando algumas das tarefas domésticas e dormindo nos intervalos destas. Várias questões podem ser colocadas aqui: Não ter um emprego fixo associa-se imediatamente ao não-trabalho ou à malandragem? As tarefas domésticas não são trabalho? O pai é o responsável pela provisão do grupo doméstico e, caso não o seja, será considerado “vagabundo”? Provisão e masculinidade estão associadas? Caso estejam, de que maneira?

Pode-se pensar, por um lado, conforme alguns autores que adotam uma postura mais estruturalista, como Bourdieu (1995) ao analisar suas pesquisas na sociedade de Cabília, que a situação aqui relatada deve-se ao fato de, historicamente, ao homem caber o espaço público, a rua, enquanto à mulher é delegado o âmbito privado, a casa. Ser mulher significaria, portanto, ser dona-de-casa, passiva, maternal, afetiva, detalhista (FARIA, 1998) e estar no lado do interior, do úmido, enquanto ser homem significa estar no lado do exterior, do oficial, do público (BOURDIEU, 1995) e ser forte e profissional (FARIA, 1998). Esta divisão ficou mais acentuada com o advento do capitalismo industrial que separou a produção doméstica da produção para o mercado, instalando as bases de uma

nova e rígida divisão sexual do trabalho: “los hombres a la producción y las mujeres a la reproducción” (DÍAZ & MENDEL, 2002, p. 33). No entanto, é necessário relativizar tal par dicotômico, visto que estes não são estanques e que as conquistas de direitos pelas mulheres, bem como as mudanças no mercado de trabalho, proporcionaram alterações nos modos de vida dos sujeitos.

Por outro lado, pode-se pensar que há uma necessidade de classificar os sujeitos conforme suas ações no desempenho de suas posições sociais a partir da dicotomia trabalhador x vagabundo, entendendo, tal como Durkheim & Mauss (1981), que o procedimento que consiste em classificar os seres, os acontecimentos, os fatos do mundo, se dá segundo um modelo construído socialmente. No que diz respeito aos gêneros¹, Butler (2003a) coloca que a “nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma” (p. 161). Desta maneira, tem-se o estabelecimento de contornos, limites e restrições. Ou seja, se o pai não tem um emprego, é o que então? Um vagabundo? Que masculinidade é produzida para este pai quando ele não corresponde aos atributos normatizados para homens em nossa sociedade?

As questões, levantadas anteriormente suscitam a pergunta central dessa dissertação: quais são as masculinidades produzidas nos contextos familiares nos quais quem provê o sustento é a mãe? Pretende-se analisar, por meio do enunciado² do prover,

¹ Butler enfatiza que o gênero implica os significados culturais que são, sobretudo, performativos. Entende-se aqui performatividade como não sendo um ato singular, pois esta é sempre uma reiteração “de uma norma ou conjunto de normas, além disso, este ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada”. (BUTLER, 2002, p.167).

² Foucault (1984) define enunciado como “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que [essas unidades e estruturas] apareçam, com conteúdos concretos no tempo e no espaço” (p. 99). E ainda, “um enunciado não tem diante de si [...] um *correlato* (ou uma ausência de *correlato*, assim como uma proposição tem um referente (ou não) ou um nome próprio que designa um indivíduo (ou ninguém). Está antes ligado a um 'referencial' que não é constituído de 'coisas', de 'fatos', de 'realidades' ou de 'seres', mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial de um enunciado [...] define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase o seu sentido, à proposição o seu valor de verdade” (ibid, p. 104).

quais masculinidades são produzidas nestes contextos, e ainda, verificar as resistências existentes neste processo de subjetivação.

A partir da definição de Foucault de enunciado, pode-se pensar o proferimento enquanto tal, pois este tem a capacidade de delimitar o campo de possibilidades da existência de proposições e frases. Com isso ele faz parte das práticas discursivas que regulam e produzem masculinidades, isto é, por meio do enunciado do proferimento podem-se perceber as diferenças entre os discursos no tempo acerca das masculinidades, e aqui especificamente, dos diferentes discursos das famílias analisadas.

Para a análise aqui pretendida, faz-se necessário expor a maneira pela qual o conceito de masculinidades será utilizado. Ao partir do pressuposto de que os gêneros são performativos pode-se pensar que as masculinidades também o são, pois, estas são produzidas segundo um conjunto de normas socialmente estabelecidas. Estas normas que produzem masculinidades são produtos de práticas discursivas, que fixam essas masculinidades em um dos pólos homem/mulher, porém geralmente fixadas nos homens. No entanto, segundo Almeida (1996), “masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de ação, como tal, acessíveis a homens e mulheres” (p. 162), o que permite pensar em várias masculinidades. Para Kimmel (1998) e Connell (1995), este conceito possui diferentes significados nas diversas culturas e entre os homens de uma mesma cultura, ou seja, existem masculinidades e não uma única, o que remete às diversas masculinidades que são produzidas por uma família.

As masculinidades só existem, segundo Connell (1997), em sociedades que diferenciam os atributos característicos de mulheres e os de homens, o que torna os conceitos de masculinidade e feminilidade pares dicotômicos. Porém, ao levar em conta a

não sobreposição destas categorias e a não fixidez destes conceitos, pode-se eliminar, em parte, tal dicotomia.

Com o intuito de visualizar a produção de artigos científicos brasileiros, relativa a masculinidades e provisão do sustento familiar, foi realizada uma pesquisa no banco de dados Scielo³, na qual se pode constatar que dos 11 artigos encontrados, nenhum aborda diretamente a temática de investigação deste projeto. Estes artigos centram a discussão, basicamente, no número de mulheres desempregadas, nas formas de sociabilidade masculina, nos efeitos do desemprego na saúde dos homens e dos filhos, na relação entre fidelidade e contaminação pelo vírus HIV e na paternidade na adolescência. Os anos destas publicações são recentes, sendo apenas três do final da década de 90 e as outras a partir do ano de 2000.

Já no que se refere à produção acadêmico-científica brasileira referente à temática das masculinidades, no âmbito dos programas de pós-graduação⁴, é possível constatar que essa temática entrou na agenda das pesquisas acadêmicas em Psicologia, a partir da década de 90. Somente no final desta década as produções aumentaram, tendo o seu auge nos anos de 2001 e 2002.

É possível verificar a escassez de produções⁵ relativas à temática aqui proposta – produção de masculinidades em famílias em que a mãe provê o sustento financeiro da família - em âmbito nacional, bem como a inexistência destas produções no estado de

³ Disponível no endereço <http://www.scielo.com.br>. Esta pesquisa foi realizada no dia 19 de julho de 2005. Como palavras-chave teve-se: paternidade e prover, masculinidade e prover o sustento, construção da masculinidade, constituição da masculinidade, mulheres chefes de família, pais desempregados, homens desempregados, família e pai desempregado e masculinidade e desemprego.

⁴ Para atingir tal objetivo foi desenvolvida uma pesquisa, tendo como referência o período compreendido entre 1987 e 2005, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no dia 05 de maio de 2005. Para tanto, foram utilizados os seguintes critérios ou filtros: 1) Ano de defesa: > e = 1987; 2) Palavras-chave: paternidade e prover, masculinidade e prover o sustento, construção da masculinidade, constituição da masculinidade, mulheres chefes de família, pais desempregados, homens desempregados, família e pai desempregado e masculinidade e desemprego; 3) Nível: todos; 4) Instituição: todas.

⁵ O resultado completo desta pesquisa encontra-se em anexo.

Santa Catarina. No entanto, a temática aparece em várias pesquisas como uma das categorias de análise, ou seja, mesmo não sendo a problemática pesquisada, acaba surgindo nos resultados e na análise destes trabalhos.

Dentre os resultados obtidos, nota-se que o maior número de estudos realizados na área da Psicologia encontra-se relacionado ao descritor “Homens Desempregados”, num total de oito trabalhos dos 41 encontrados. Estes estudos abordam a posição privilegiada que o trabalho ocupa no processo de produção das subjetividades dos homens; as causas do desemprego a partir da visão de homens e mulheres; a dimensão pública que surge na ação de lideranças sindicais; a relação entre gênero e constituição da saúde mental; e os modos de vida de homens e famílias frente à situação de desemprego e ao provimento financeiro por mulheres. Das dissertações que abordam este último tema, num total de três, uma refere-se ao modo como homens de camadas médias vivenciam a situação de desemprego, sendo que a análise teve como referencial teórico a Fenomenologia (PIMENTEL, 2002); a outra analisa as formas singulares dos sujeitos se adaptarem e ressignificarem o modelo tradicional de família, sendo que o estudo foi realizado com famílias de camadas populares em que a mulher era a provedora e o homem encontrava-se em situação de desemprego (RIBEIRO, 2002); e uma dissertação aborda as vivências de casais em contextos nos quais a mulher é a provedora do lar e o homem está fora do mercado de trabalho, tendo como objetivos verificar as configurações familiares e as estratégias utilizadas pelo casal (PEREIRA, 2003).

O prover financeiro surge, também, em outros trabalhos da Psicologia, relacionado à constituição da paternidade; à exploração e trabalho infantil, abordando como uma das possíveis causas destas situações de risco o desemprego dos pais; a relações de poder entre mãe e filha, quando estas mães são chefes de família e cometeram algum tipo de violência

contra a filha; e a mudanças nas composições familiares quando as mulheres são chefes de família.

A masculinidade é outro tema que vem sendo estudado pela Psicologia, sendo que das dezessete produções relacionadas a este assunto, seis são desta área. Estas pesquisas analisam principalmente o processo de produção de masculinidades a partir da ótica de homens; a relação entre violência e masculinidade; bem como o significado atribuído por homens ao processo de emancipação da mulher.

Por meio da análise destas pesquisas pode-se perceber que o trabalho e o prover são elementos importantes para a produção de masculinidades e paternidades, assim como para os modos de vida familiares, uma vez que estes são analisados como uma das atribuições paternas e como um dos elementos constituintes das masculinidades. Quando não é possível prover a família e a mulher que o faz, novos arranjos familiares irrompem e, por vezes, denotam sofrimento não somente para o homem, mas também para toda a família.

Nesse levantamento das produções acadêmicas chama atenção o elevado número de produções na área do Direito quando utilizado o descritor “Paternidade e Prover”. Estas produções centram-se na questão do reconhecimento biológico da paternidade, união estável e pensão, o que demonstra o quanto o discurso jurídico, que é centrado no enunciado da lei e no funcionamento da interdição (FOUCAULT, 2005a), produz uma idéia de paternidade, e, por conseguinte, de masculinidade. Este fato pode ser melhor visualizado ao analisar o percurso histórico dos Códigos Civis Brasileiros e das Constituições⁶ que os embasam. Assim, verifica-se que na lei do Código Civil Brasileiro sobre divórcio (Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977), somente os homens devem pagar pensão para as mulheres e para os filhos, e que na lei de pensão alimentícia (Lei nº

⁶ Disponível no site www.presidencia.gov.br

5.478, de 25 de julho de 1968), não fica claro se é o homem ou a mulher quem deve pagá-la. Com as mudanças ocorridas ao longo da história acerca dos costumes e modos de vida da sociedade, os Códigos Civis, citados acima, que até então eram embasados na Constituição de 1916, demonstraram-se defasados. A partir da Constituição de 1988 já se pode verificar que tanto os homens quanto as mulheres são iguais em direitos e obrigações. No novo Código Civil Brasileiro de 2002 (Lei 10.406/02), que passou a vigorar no ano de 2003, parentes, cônjuges ou conviventes podem pedir pensão alimentícia quando dela necessitarem, mesmo que o cônjuge solicitante seja culpado da dissolução do casamento. Diferentemente do que era pregado pelo Código de 1916, segundo o qual somente a mulher podia pedir alimentos, direito que era negado ao marido (apesar de admitido pela jurisprudência com base na Constituição).

Mediante o exposto, é possível constatar a importância em estudar e analisar quais são as masculinidades produzidas nos contextos familiares nos quais quem provê o sustento da família é a mãe, e o pai encontra-se em situação de desemprego. Além, da importância já descrita, a escolha por famílias nas quais a mãe é provedora do sustento familiar, alia-se à constatação ao alto número de famílias que são sustentadas pelas mulheres. Como é apontado pelo IBGE⁷ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em agosto de 2006, 2,7 milhões de mulheres trabalhadoras eram as principais responsáveis pelos seus domicílios, totalizando 29,6% do total das mulheres ocupadas nas seis regiões pesquisadas.

Esta pesquisa terá como alvo famílias de camadas médias⁸, pois nestas camadas é mais fácil ver mulheres trabalhando como um projeto profissional e de vida – inclusive ganhando salários maiores que as das camadas populares. Nesses contextos lastra o

⁷ Disponível no site www.ibge.gov.br

⁸ Como parâmetro para definir camada média ter-se-á o grau de escolaridade de seus membros, a renda familiar e distinções de cunho simbólico, conforme é adotado por Bruschini (1990).

pensamento igualitarista e individualista (BRUSCHINI, 1990), o qual é explicitado pela contestação das distinções das posições de gênero, na aceitação do divórcio, nos múltiplos arranjos conjugais (HEILBORN, 1998). Assim, o trabalho extradoméstico, que era tido no sistema tradicional como uma atribuição masculina, passou a integrar o cotidiano feminino. Alia-se a estes, o fato de o homem de camadas médias, com ensino superior, ter uma profissão como um projeto de vida, assim como a mulher, em uma perspectiva mais individualista o que permite inferir que quando o homem encontra-se em situação de desemprego vê todo o seu projeto interrompido.

Com o intuito de tentar responder às questões aqui levantadas, foi percorrido o seguinte caminho: o primeiro capítulo é dedicado a discussões acerca das produções de subjetivações engendradas pelos/nos jogos de poder/saber, dos processos de subjetivação e objetivação que ocorrem diante da norma do trabalho, das generificações produzidas pelas normas regulatórias de gênero, e por fim das produções de masculinidades e a sua relação com o enunciado do profer; no segundo capítulo são abordados os movimentos e procedimentos de incursão no campo, a caracterização dos sujeitos e famílias possibilitadoras deste estudo e a descrição de como foi realizada a análise; no terceiro capítulo são descritas e analisadas as práticas cotidianas destas famílias e as normas que as produzem, além das resistências exercidas pela organização familiar diante destas, e das masculinidades que emergem neste processo; finalmente, no último capítulo são apresentados alguns apontamentos, na tentativa de elucidar e responder aos questionamentos iniciais desta dissertação.

2. SUJEITOS E SUBJETIVIDADES

Estudar masculinidades e subjetividades que estão à “margem” da norma regulatória⁹ - ou seja, homem de camada média, branco e provedor do sustento financeiro familiar - colabora com a visibilidade destas formas de masculinidades, além de ir ao encontro do pensamento foucaultiano, que foca nos indivíduos que se encontram fora dos “padrões” para buscar entender e discutir as formas de produção de subjetividades, e aqui é possível acrescentar as produções de masculinidades. Para Foucault (2005a), a sexualidade – colocada como discurso - é um dispositivo que “fala” a verdade do sujeito, ou seja, produz sujeitos e subjetividades, sendo regido, regulado pelas normas ideais do sexo. Isto é,

o sexo é (...) o elemento mais especulativo, o mais ideal, o mais interior em um dispositivo da sexualidade que o poder organiza em suas capturas dos corpos, sua materialidade, suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres (FOUCAULT, 2005a, p. 147).

Pode-se pensar, analogamente, na masculinidade e na sua própria relação com a sexualidade, uma vez que a sexualidade, ao falar a verdade do sujeito, institui sua condição e, com ela, sua derrota ou seu sucesso social. Desta maneira, a masculinidade tanto é produto do dispositivo da sexualidade como é parte deste dispositivo que produz sujeitos e subjetividades.

As normas, os discursos de verdade sobre o homem e a masculinidade, são *ortopedias discursivas* que lhe impõem certo discurso razoável, limitado e verdadeiro

⁹ Segundo Butler (2002, p.154), “as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual”.

(FOUCAULT, 2005a), sobre as “funções”, atributos e posições sociais que podem possuir e exercer. Estas *ortopedias discursivas* são embasadas em um regime de verdade, que cada sociedade possui para regulamentar discursos que podem ser considerados verdadeiros ou falsos, aprovando alguns e produzindo efeitos de poder relacionados ao discurso “verdadeiro”. Para Foucault (1979), o regime de verdade é “o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeito específico de poder” (p. 12). Desta maneira, em se tratando de masculinidades, pode-se dizer que aquela que é considerada por determinada sociedade como a mais verdadeira é mais legítima que as outras, exercendo, assim, um mecanismo de poder sobre as outras e sobre si mesma.

A família é vista por Foucault (2005a) como o cristal no dispositivo de sexualidade: “parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata. Por sua penetrabilidade e sua repercussão voltada para o exterior, ela é um dos elementos táticos mais preciosos para este dispositivo” (FOUCAULT, 2005a, p.105). Os pais, os cônjuges são, na família, os principais agentes deste dispositivo. A família “é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança” (ibid, p.103).

As análises de Foucault (2002a) circulam ao redor da relação saber/poder/subjetividade, sendo que poder e saber são do campo da produção e a subjetividade dos efeitos. A questão central, para este autor, é como saber e poder se sustentam e como a incitação recíproca entre eles produz efeitos de subjetividade em sujeitos.

No pensamento foucaultiano é possível identificar duas distintas preocupações teóricas, a saber: a) nas trajetórias arqueológicas e genealógicas o autor preocupa-se com a

objetivação do sujeito pelos saberes e poderes respectivamente; b) enquanto que, nas trajetórias éticas, ele passa a se preocupar com a subjetivação dos sujeitos.

Há, portanto, uma confluência entre práticas sociais (discursos de verdade) que objetivam o sujeito e uma outra prática social, ética, que é do sujeito em relação a si mesmo, na qual o sujeito se reconhece conforme a norma – a relação entre verdade, poder e si mesmo. São os modos de agir do sujeito perante e a partir dos discursos, que fazem com que ele se subjetive, se porte no mundo. Tal processo de subjetivação produz identidades – que não são unas pelo seu caráter temporal – as quais possibilitam que os sujeitos (indivíduos) se reconheçam e sejam vistos pelo social, o que acaba por mantê-los presos ao poder. Em suma, todo sujeito é sujeito do saber, do poder e da sua própria identidade.

Desta maneira, toda subjetividade possui um caráter impessoal, decorrente do fato de que toda experiência que objetiva (materializa) uma subjetividade envolve modos históricos de subjetivação, isto é, modos específicos de se realizar a experiência do si. Esta postura temporal da subjetividade, propicia a existência de uma “estética da existência”, na qual o sujeito volta a si na busca de ser um sujeito moral, de uma ética da existência em conformidade com as normas de comportamento fundadas em cada espaço-tempo. Há um esforço no sentido de “dar a sua própria vida uma certa forma na qual podia se reconhecer e ser reconhecido por outros e onde a posteridade mesma poderia encontrar” (FOUCAULT, 2002b, p. 289).

Para Foucault o poder sempre gera saber. Toda prática de poder precisa da legitimação de um saber. Há, portanto, um caráter relacional entre estes dois conceitos: “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade” (FOUCAULT, 1999b, p. 28). Para examinar o poder, Foucault assegura que é necessário mais que uma análise da sua racionalidade interna, ela

consiste em deambular pelos espectros focando “as relações de poder através do antagonismo das estratégias” (FOUCAULT, 1995a, p. 234), sendo que para compreender o que são estas relações é necessário “investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar estas relações” (ibid.).

As formas de poder são aplicadas na vida cotidiana imediata que caracteriza o indivíduo, forçam o indivíduo a se voltar para si mesmo e ligam-no à sua própria subjetividade, além de lhe impor uma lei da verdade, que precisa ser reconhecida por todos. Estas formas de poder fazem dos indivíduos, sujeitos. Para Foucault (1995a) existem dois significados para a palavra sujeito: “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a” (FOUCAULT, 1995a, p. 235).

Porém, existem lutas contra estas formas de poder que, segundo Foucault (1995a) são três: contra as formas de dominação, que são as étnicas, sociais e religiosas; contra as formas de exploração que separam o indivíduo daquilo que ele produz; e contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete aos outros, isto é, contra a sujeição, as formas de subjetivação que ocorrem por meio da submissão. Sendo que atualmente a luta mais proeminente é contra as formas de sujeição, contra a submissão da subjetividade, o que não significa que as de dominação e exploração tenham desaparecido.

Foucault (1995a) justifica a prevalência deste tipo de luta pelo fato de que desde o século XVI surgiu na sociedade Ocidental uma nova forma política de poder, que é o Estado. Este poder político ignora os indivíduos e ocupa-se de uma totalidade, de uma classe ou grupo de cidadãos. Mas esta forma de poder é tanto individualizante quanto totalizadora, e estas técnicas de individualização e procedimentos de totalização são responsáveis pela força que o Estado possui. Este sucesso das formas de poder político

deve-se à incorporação pelo Estado de uma tecnologia de poder, originada nas instituições cristãs, que é a “tecnologia de poder pastoral”.

Diante destas formas de poder, Foucault (1995a), diferentemente de Kant, coloca que a questão não é mais quem somos, mas sim recusar o que somos. Para ele devemos “imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno” (Ibid, p. 239). Para este autor, ao se recusar este tipo de individualidade que é imposto há vários séculos, é possível a promoção de novas formas de subjetividade.

Mas que poder Foucault enuncia? O termo poder, para ele, designa relações entre “parceiros”, seja entre indivíduos ou grupos. O que significa dizer em um “modo de ação de alguns sobre outros”, portanto, o poder só existe em ato, mesmo que se “inscreva em um campo de possibilidade esparso que se apóia sobre estruturas permanentes” (FOUCAULT, 1995a, p. 242). O que define as relações de poder não é um modo de ação sobre os outros, mas sobre a sua ação. É uma ação sobre a ação.

O poder visa governar as condutas dos indivíduos ou coletivos dentro de um campo de possibilidades. Desta maneira, o sujeito precisa estar livre para ser alvo do poder, caso contrário é violência, pois esta age sobre corpos, sobre as coisas, ela fecha todas as possibilidades. A liberdade, portanto, fundamenta-se como condição e pré-condição de existência do poder. De acordo com Foucault (1995a, p. 244) no centro da relação de poder, encontra-se a “recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade”, é uma relação de recíproca incitação e de luta, perfaz-se como um “agonismo” e não um “antagonismo”.

Ao se admitir a existência da liberdade como condição para a existência do poder, deve-se ponderar também a existência de resistências, escapatórias, fugas e inversões

eventuais. Então toda relação de poder implica uma estratégia de luta. Nesta relação entre relações de poder e estratégias de luta existe uma atração mútua, um encadeamento indefinido e uma inversão perpétua. Esta instabilidade faz com que “os mesmo processos, os mesmos acontecimentos, as mesmas transformações possam ser decifrados tanto no interior de uma história das lutas quanto na história das relações e dos dispositivos de poder” (FOUCAULT, 1995a, p. 249).

As relações de poder, portanto, encontram-se enraizadas no conjunto da rede social, o que significa dizer, nas próprias palavras do autor,

(...) que há, a partir desta possibilidade de ação sobre a ação dos outros (que é co-extensiva a toda relação social), múltiplas formas de disparidade individual, de objetos, de determinada aplicação do poder sobre nós mesmos e sobre os outros, de institucionalização mais ou menos setorial ou global, organização mais ou menos refletida, que definem formas diferentes de poder (FOUCAULT, 1995a, p. 247).

Desta maneira, os lugares e as formas de “governo”¹⁰ de uns sobre os outros são múltiplos, refletores e refratários numa sociedade. Sendo que todos os tipos de relações de poder se referem ao Estado, porque se produziu uma “estatização contínua das relações de poder” (FOUCAULT, 1995a, p. 247) tomado a mesma forma na ordem pedagógica, judiciária, econômica, familiar.

É possível perceber uma centralidade da problemática da subjetividade nos escritos de Foucault, pois, este objetivou “criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos” (FOUCAULT, 1995a, p.231). Sob tal auspício ele primou, no desenrolar de seu pensamento, por analisar as práticas sociais

¹⁰ Governar é aqui entendido como a maneira de “estruturar o eventual campo de ação dos outros” (FOUCAULT, 1995a, p. 244), tornando o governo uma característica do exercício do poder no qual não se busca a violência e a luta, mas sim dirigir “a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das famílias, dos doentes” (Ibid).

(discurso, poder ou a multiplicidade dos poderes). Tendo como foco analítico os discursos e as práticas, torna-se possível traçar arqueologias e genealogias das várias figuras de subjetividade que emergem na contemporaneidade.

2.1 Trabalho e os processos de subjetivação/objetivação

Nas sociedades contemporâneas os sujeitos vivem sob a égide de dois sistemas de tecnologias de poder, o disciplinar e o regulador (FOUCAULT, 2005a). O primeiro teve seu início por volta dos séculos XVII e XVIII, caracterizando-se por técnicas disciplinares sobre os corpos dos sujeitos, objetivando o adestramento para que os indivíduos possam ser manipulados como corpos dóceis e úteis.

O poder disciplinar age por meio, principalmente, de duas linhas de condução, a espacial e a temporal. Na espacial os indivíduos passam continuamente de um espaço fechado para outro, ou seja, de uma instituição a outra - a escola, a fábrica, a prisão, o hospício, entre outros. Já na temporal o tempo dos indivíduos é transmutado para tempo de trabalho em troca de um salário, isto é, o tempo do indivíduo deve estar à disposição dos aparelhos de produção capitalista. Nas próprias palavras de Foucault (1996), “é preciso que o tempo dos homens seja colocado no mercado, oferecido aos que o querem comprar, e comprá-lo em troca de um salário; é preciso, por outro lado, que este tempo dos homens seja transformado em tempo de trabalho” (p.116).

Tal poder é orquestrado por dispositivos que visam o seu melhor funcionamento. O olhar hierárquico, embasado na idéia de vigilância que consiste em desindividualizar o poder por generalizar a disciplina extrapolando as paredes das instituições fechadas e ao mesmo tempo contribuindo com a individualização dos sujeitos. Ele propicia, assim, que os sujeitos tenham a impressão de estarem sendo vigiados todo o momento. Esta

potencialidade de ser vigiado faz com que haja uma sujeição real por um elemento fictício, na medida em que o sujeito se adentra por si próprio. Outro dispositivo é a sanção normalizadora, que seria uma maneira de punição com o objetivo de reduzir os desvios, funcionando de maneira corretiva. Por meio desta sanção ocorre novamente a individualização do sujeito, uma vez que os indivíduos são diferenciados em função de seu valor, de seu nível. Há uma hierarquização e uma exclusão por meio da norma; e, por fim, tem-se como dispositivo o exame, que é a articulação dos outros dois, tornando o indivíduo objeto passível de análise e comparações (FOUCAULT, 2001). O exame seria, portanto, o resultado da articulação entre subjetivação e objetivação, - sendo que esta objetivação se dá pela existência mútua da invisibilidade do poder disciplinar e da visibilidade do sujeito - por ser capaz de manifestar “a sujeição dos que são percebidos como objetos e a objetivação dos que se sujeitam” (Ibid, p.154).

A partir da metade do século XVIII, outras tecnologias do poder são somadas às anteriores. São somadas na medida em que não há a exclusão das disciplinares e sim a existência das duas formas de poder concomitantemente, a disciplinar e a reguladora que emerge neste momento. Há agora um deslocamento do foco do poder que antes era dirigido aos corpos, um “anátomo-poder”, que passa a ser orientado à vida dos sujeitos, um “biopoder” (FOUCAULT, 1999b).

Esta nova técnica do poder, não se dirige mais a indivíduos isolados e sim à população. O biopoder consiste do controle da população global, por meio da regulação das taxas de natalidade, longevidade, mortalidade, enfim dos estados de vida da população. Busca-se com este tipo de poder otimizar a vida e não mais uma maximização da força (FOUCAULT, 2005a). Decorre desta alteração do campo de efetivação do poder a regulação de todo o campo social, não se restringindo ao interior das instituições. O que se vê é justamente uma quebra de fronteiras, de delimitações de ações do poder, uma vez que

este se encontra intrínseco a todas as relações, fazendo com que o campo de sujeição também seja dilatado e completo. Tal regulação proporciona que as vidas sejam empregadas ao capital independente se são vidas assalariadas ou desempregadas, jovens, crianças, enfim todas as vidas. A existência mútua destas duas formas de poder, a disciplinar e o biopoder, têm em comum a norma, que permite a manutenção do equilíbrio entre a disciplina do corpo e a ordem aleatória da população. Com isso, a norma pode ser aplicada tanto a um corpo que se deseje disciplinar quanto à regulação de uma população (FOUCAULT, 1999b). Este elemento em comum propicia a edificação de uma “sociedade de normalização”, na qual coexistem o corpo e a vida, a individualização e a massificação, a disciplina e a regulamentação.

Nesta nova conjuntura, não é possível realizar a ligação estreita entre trabalho e a disciplina da fábrica, devido à emergência do trabalho imaterial. Esta forma de trabalho produz, entre outras coisas, serviços. Isto é,

como a produção de serviços não resulta em bem material e durável, definimos o trabalho envolvido nessa produção como trabalho imaterial – ou seja, trabalho que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação (HARDT E NEGRI, 2001, p. 311).

Ao colocar a vida como ferramenta de produção, adentra-se no espectro de comunicação da vida, sendo que esta produção somente é possível quando em relação com outras ferramentas, com outras vidas. Em outras palavras, “a produtividade, a riqueza e a criação de superávits sociais hoje em dia tomam a forma de interatividade cooperativa mediante redes lingüísticas, de comunicação e afetivas” (HARDT e NEGRI, 2001, p. 315).

Com isso o trabalhador exerce as suas atividades profissionais em todos os momentos de sua vida, não se restringindo a uma empresa. Ele é ao mesmo tempo objeto e sujeito do trabalho, na medida em que é uma ferramenta de produção (objetivação) e se sujeita às normas engendradas neste processo de produção (subjetivação).

O capitalismo, ao utilizar o biopoder como ferramenta de seu exercício e expansão, conseguiu atingir o centro de produção de subjetividades, uma vez que a produtividade de materiais não se encontra mais, na contemporaneidade, restrita à relação entre indivíduo e natureza e sim nos processos sógnicos, cognitivos e comunicativos engendrados nas relações de produção. Nota-se, então, que anteriormente o capitalismo agia sobre o processo de produção de subjetividades, sobre a relação do indivíduo com as coisas, e hoje ele age sobre a própria subjetividade, já que seu domínio encontra-se exatamente no modo de agir do sujeito, na sua vida.

Tem-se então a delimitação do palco para o exercício do cuidado sobre si, já que o indivíduo é impelido a conduzir a sua vida de acordo com normas regidas pela cultura organizacional, sendo valorizado pelos resultados alcançados, ao mesmo tempo, em que é incitado a investir na sua carreira profissional, a se aperfeiçoar a fim de manter ou conquistar um emprego. É necessário um cuidado do indivíduo consigo mesmo na busca do seu enquadramento profissional. Esta valorização deve-se primordialmente à fragilidade das fronteiras entre as diversas áreas de atuação profissional, aliado ao alto índice de desemprego, requerendo que o indivíduo seja um trabalhador múltiplo e capaz de atuar em diversos segmentos.

O cuidado de si está intimamente ligado ao “princípio da conversão a si “ (FOUCAULT, 2005b, p. 70), sendo que por meio deste retorno a si tem-se a ilusão de abrigo e independência em relação ao exterior. A cultura organizacional utiliza deste cuidado sobre si para determinar a conduta, tendo a sua eficácia exatamente por remeter à

idéia de liberdade, uma vez que valoriza a relação do sujeito consigo a despeito de todas as dificuldades que o acometem desde o exterior. Deste modo, existem valores apreciados pelo mercado de trabalho, os quais fazem com que os sujeitos retornem a si na busca do auto-conhecimento e do trabalho sobre si para que, assim, potencializem suas habilidades profissionais e se adequem aos modos de produção.

Nesta nova conjuntura almejar por um emprego é buscar a segurança que este propicia por meio dos benefícios da inserção do indivíduo nos mecanismos de seguridade social. Contudo, com as mudanças de paradigmas há uma escassez desta maneira de sobrevivência, delineando-se outras formas de trabalho, como o trabalho informal. “Se há regressão do trabalho assalariado, não se pode fazer a mesma afirmação quanto à atividade real de trabalho” (HIRATA, 1998, p. 22).

Esta alternativa ao emprego coloca o indivíduo frente à instabilidade do mercado ao mesmo tempo em que lhe proporciona certa liberdade na medida em que não se encontra vinculado diretamente aos mecanismos de controle das empresas. No entanto, mesmo desempregado, a sua existência permanece regulada por normas que estabelecem a necessidade do trabalho, haja vista a inevitabilidade do uso do tempo para o trabalho, e do consumo. Esta última encontra-se intimamente relacionada à sociedade de consumo contemporânea, na qual o setor de Marketing das empresas ocupa lugares de destaque nos modos de produção, o que torna a propaganda um eficaz meio de controle da sociedade.

O poder exercido pelas propagandas se dá na medida em que estas acionam desejos e sonhos nos indivíduos, impelindo-os a consumirem, consumo que na maioria das vezes não se encontra alicerçado na necessidade e sim na satisfação ou felicidade do que se compra. Os mecanismos utilizados pelas campanhas publicitárias atuam de maneira a induzirem os indivíduos a acreditarem que por meio dos objetos comprados tem-se um estilo de vida que representa não somente a felicidade, mas também, em certa medida, a

dignidade do sujeito (BAUMAN, 2005). Desta maneira, as propagandas ao interferirem no consumo acabam por atuarem na produção de subjetividades, pregam os modos de vida compatíveis com determinados estilos de vida.

Diante destas prerrogativas, a do tempo a serviço do trabalho e a do consumo como produtor de estilos de vida, aliadas à escassez de empregos, o indivíduo sem trabalho e sem emprego encontra-se em um terreno dramático o qual é permeado pelo agonismo. De um lado têm-se as normas e de outro se encontram os sujeitos buscando sua auto-regulação para agirem de acordo com tais normas, numa tentativa de se enquadrarem a estas. O que torna a situação de desemprego e a própria procura por trabalho modos de subjetivação, uma vez que produzem modos de vida, e modos de objetivação, já que a partir destas circunstâncias o indivíduo é o seu próprio objeto a ser trabalhado. Vislumbram-se, assim, dois elementos que regem a produção de subjetividades dos indivíduos contemporaneamente, a ética e a norma. Os indivíduos possuem um conjunto de normas e valores preconizados pelo capital e seus dispositivos de poder, que os impelem a ter um cuidado constante consigo mesmos, para assim se adequarem a tais normas.

2.2. Gênero

A dicotomia sexo/gênero é tida como o pilar fundacional da política feminista, na qual o sexo é visto como natural e o gênero culturalmente construído. Tal dicotomia serviu para desnaturalizar os atributos designados aos homens e às mulheres, como a fragilidade e submissão às mulheres e, o prover e a agressividade aos homens. No entanto, tal relação começou a ser questionada a partir de meados da década de 80. Judith Butler foi uma das autoras que empreendeu tal desconstrução, ao problematizar a noção de que o gênero decorria do sexo e discutir tal bipolaridade. Butler (2003a) aponta que, assim como o

gênero, o sexo também é discursivo e cultural, isto é, “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se nenhuma” (BUTLER, 2003a, p. 28). Com isso a autora desconstrói a relação casuística na qual o gênero decorre do sexo, relação esta que coloca o masculino intrínseco ao macho e a feminilidade à fêmea, afinal não há nada que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (Ibid., p.27).

Teresa de Lauretis, assim como Butler, questiona tal dicotomia ao afirmar que o sistema sexo/gênero “é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social etc.) a indivíduos dentro da sociedade” (DE LAURETIS, 1994, p. 212), ou seja, “Tecnologia do Gênero”. Tal conceito foi elaborado a partir das concepções de Foucault (2005a) das “Tecnologias do Sexo”, nas quais o autor propõe que a sexualidade não é um impulso natural dos corpos, e sim que o sexo é um elemento interior ao dispositivo da sexualidade em que o poder organiza, por meio do apoderamento dos corpos, a sua “materialidade, suas forças e seus prazeres” (DE LAURETIS, 1994, p. 145). A sexualidade deve ser vista como resultado de uma “Tecnologia do Sexo”, definida como um conjunto “de novas técnicas para maximizar a vida” (Ibid).

De Lauretis (2000) concebe, então, que, da mesma maneira que a sexualidade, o gênero não é uma manifestação natural do sexo e tampouco a expressão de características intrínsecas e específicas dos corpos sexuados em feminino e masculino. Para a autora, as práticas discursivas que atuam nas “Tecnologias do Gênero” desempenham uma dupla função, a de nomear, definir a masculinidade e a feminilidade, e ao mesmo tempo em que nomeiam, as criam. O que torna a construção do gênero produto e processo da “representação” e da “autorepresentação”.

Tais posturas relativizam a noção de gênero, por entendê-lo como inconstante e contextual, “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2003a, p.29). Desta maneira, gênero é entendido como “performativo”. Tal concepção aponta que o gênero não expressa uma “essência interior” de quem somos, e sim de que é produzido por um ritualizado jogo de práticas que conseqüentemente produzem o efeito de uma “essência interior”. O gênero é vivido, portanto, como uma interpretação, um jogo de interpretações do corpo, que é, por fim, uma mutável e histórica instituição social.

O conceito de performatividade tem fortes influências do trabalho de John Austin (1990), no qual ele aborda o modo como em determinados casos a fala desempenha uma ação por meio e no momento mesmo do ato de enunciação, o que torna o ato da fala uma performance com as suas conseqüências, originando a existência de algo. Este autor propõe que ao se realizar um ato de fala, realizam-se três atos: um ato locucionário (que tem um significado), um ato ilocucionário (que tem certa força) e um ato perlocucionário (o efeito provocado pelo dizer algo). A partir destas considerações ele traz para o campo da linguagem não só o falante, mas também o seu corpo (visto que um ato de fala não é só verbal) e o interlocutor.

Butler (2003a, 2002) ao desenvolver o seu conceito de performatividade, alia a noção de subjetivação de Foucault, à de sujeição de Althusser e a dos atos de fala de Austin. Com isso, propõe que a subjetividade se forja por meio de performances repetidas e que por sua vez são produtos de discursos reguladores pré-existentes. Conseqüentemente, a subjetividade é resultante da repetição de atos discursivos e não deles precursora. Assim, a performatividade constitui uma forma de “citacionalidade”, uma repetição ou reiteração de normas, isto é, “a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2002, p. 154). Portanto, além da possibilidade de repetição de

um signo, sua “citationalidade” é fundamental para a produtividade de um discurso. Tal noção de “citationalidade” é utilizada pela autora a partir de Derrida (1991) e corresponde à possibilidade que qualquer signo tem de ser citado, independente do contexto no qual foi criado.

A reiteração das normas (atos de fala performativos) faz com que se tenha a falsa impressão de que certos enunciados sejam naturais, ontológicos, como a repetição de certos atos performativos de construção da identidade de gênero heterossexual, que pode ter levado à percepção de que esta maneira de sexualidade é a natural, sendo a partir desta que se dá a constituição de homens e mulheres. Portanto, as identidades de gênero não são categorias naturais, mas sim negociadas e reivindicadas a cada ato de fala, inseridas em uma estrutura reguladora que exige práticas mediante as quais se produz uma “generificação” (BUTLER, 2003a).

É importante ressaltar que tal performatividade não se trata de um processo dramático ou teatral (BUTLER, 2002). Esta não conotação do ato performático como teatral deve-se primordialmente a não existência de sujeitos a priori, pré-existentes e dotados de capacidade ou iniciativa de ação, que selecionam uma dada performance. São antes “convocados” e “coagidos” pelos discursos reguladores da sociedade, sendo que os indivíduos passam por tal processo sem se darem conta, posto que este é naturalizado.

Tal reiteração da norma deve-se também ao que Butler (2006) denomina como “inteligibilidade social”, que é “aquilo que se produz como consequência do reconhecimento de acordo com as normas sociais vigentes” (BUTLER, 2006, p. 15). Trata-se, portanto, de uma questão de sobrevivência no social a partir do reconhecimento pelo outro, pelo desejo de ser considerado como humano, viável e reconhecível, o que implica em ter que se “desfazer” daquilo que o diferencia.

Há um certo caminho novo do humano que se dá com o fim de iniciar o processo de refazer o humano. Eu posso sentir que sem certos traços reconhecíveis não posso viver, mas também posso sentir que os termos pelos quais sou reconhecida convertem minha vida em inabitável. Esta é a conjuntura da qual emerge a crítica como um questionamento dos termos que restringem a vida com objetivo de abrir a possibilidade de modos diferentes de vida (BUTLER, 2006, p. 16-17).

A possibilidade de surgimento de modos diferentes de vida, modos que superam as normas vigentes, permite a criação de um novo humano. Isto é viável justamente pela repetição destas normas que facultam a constituição de uma unidade de gênero e de seus limites e contornos. Desta maneira, ao se pensar em uma unidade de gênero deve-se pensar também em uma subversão a tal unidade, da mesma maneira que Foucault pensa a existência do poder condicionada à existência de resistências. Tal corolário se faz necessário para o estabelecimento do que é humano e o que não o é, do que é normal e do que não o é. No entanto, a emergência de novas subjetividades não se dá de forma cartesiana e sim num processo de associação do parodiamento de atos inteligíveis a outros politicamente ininteligíveis.

O que importa, então, é a maneira como se repete e não a repetição puramente, por esta não ser escolhida e sim conferida e aquela possibilitar a dispersão dos significados que sustentam os binarismos heterossexuais, afastando assim as normas que proporcionam a própria repetição.

Tal postura possibilita a emergência de subjetividades múltiplas e não unificadas, uma vez que há a configuração de vários campos discursivos sexuais (DE LAURETIS, 1994), o que favorece a inclusão dos espaços sociais e/ou discursos produzidos nas margens, deixados de fora pelas representações tradicionais. Esta inclusão não descarta as

tradicionais normas de gênero e sim faz com que haja a extrapolação, por meio da crítica, ao “aparato sócio-cultural da heterossexualidade” (DE LAURETIS, 1990, p. 139).

A inclusão dos mais variados discursos e normas faz com que surjam as “identidades cyborgs”, tal como é abordado por Donna Haraway (1994). Os cyborgs, para esta autora, devem ser vistos com uma sexualidade híbrida, o que faculta a existência de diversos sujeitos e não de uma única visão de gênero, por não ser passível de cópias justamente por sua hibridez. O cyborg possui, portanto, uma identidade parcial e contraditória, possibilitando a indiferenciação e, conseqüentemente, tendo um caráter libertador. Esta característica do cyborg liberta as pessoas das dicotomias que ordenam a vida social e que, por vezes, são fontes de preconceitos e discriminações, como as hierarquias sociais, os sexismos, os racismos, dentre tantas outras diferenciações opressoras que imperam.

Há, portanto, com o mito do Cyborg, a quebra de limites e a possibilidade de fusões, tratando mais de afinidade do que de identidade. Não há uma apropriação de uma identidade e sim uma constituição a partir de afinidades, sejam elas contraditórias, parciais, abertas, pessoais ou coletivas. O mito do cyborg permite a refutação de discursos totalizadores e normatizadores e de uma metafísica contra a ciência e a tecnologia, e advoga o uso destas para a comunicação entre os indivíduos, a fim de dilatar as fronteiras e de revogar as dicotomias (pré)estabelecidas.

2.3. Masculinidades e o prover

Ao se adotar como ponto de partida para este percurso o pressuposto de que os gêneros são produzidos por um sistema de tecnologias, por normas regulatórias, e que os sujeitos “atuam” performativamente segundo estas em busca de uma inteligibilidade social, pode-se pensar na noção de masculinidades. Isto é, há entabulado, em nosso contexto espaço-temporal, um conjunto de regras que produzem as masculinidades, códigos que se configuram como timoneiros a nos guiar pela vida social.

Desta maneira, o prover¹¹ é visto como um enunciado que define, produz masculinidades, que podem ou não estar em ressonância com o padrão regulatório, uma vez que o sustento da família é visto, ainda em alguns grupos sociais, como um dos elementos mais importantes para a construção da masculinidade de um homem, isto é, uma condição básica para ser considerado um homem (GOLDENBERG, 2000). As transformações que vêm ocorrendo contemporaneamente acerca das compreensões sobre a vida, os laços familiares, as relações entre os gêneros e a permanência das heranças culturais através das gerações, instigam o sujeito a um diálogo permanente que acaba o confrontando com processos de reinvenção, heranças e tradições (SARAIVA, 1998), o que, conseqüentemente, acarreta grandes mudanças na concepção do que significa ser pai e ser homem (FARIAS, 2001).

Então, as transformações advindas, entre outros aspectos, de uma consolidação da participação expressiva das mulheres como força de trabalho, do aumento de sua escolaridade, da invenção da pílula anticoncepcional que permitiu a separação entre feminilidade e maternidade, do aumento substancial do número de dissoluções dos

¹¹ Será abordado aqui primordialmente o enunciado do prover, por este ser o foco norteador desta dissertação. Isto não exclui todos os outros enunciados que produzem masculinidades.

casamentos e das uniões consensuais, dos índices de desemprego e subemprego, (re)configuram as relações entre homens e mulheres, tanto no âmbito público, quanto no privado (CASTELLS, 1999).

Essas transformações vêm, paulatinamente, afetando e desestabilizando o lugar e a posição dos homens, que até então eram inabaláveis. Oliveira (1998) propõe que talvez uma postura mais igualitária em relação à parceira - incluindo aí a divisão das tarefas domésticas e dos cuidados pueris - seja possível a apenas uma pequena parcela de homens, cujo *status* não colocaria em risco sua masculinidade e posição de domínio ao adotar atitudes mais igualitárias.

Neste cenário, fala-se de um novo homem ou uma crise da masculinidade, porém, esta necessidade de falar em uma nova mulher e de um novo homem, nada mais é do que uma forma de (re)ordenar, tornar inteligível o que parece confuso (FOUCAULT, 2005a). Esta parece ser uma boa “técnica” para “restaurar” a classificação de gênero, mesmo que seja às avessas (RAMOS, 2000). As categorias são produtos de relações de poder, que por um lado podem impor comportamentos e práticas, como diz Foucault (1979), e, por outro, são as práticas discursivas que procuram encobrir as formas de resistência que elas mesmas geram. Alguns se adequam com certa tranquilidade às normas e aos padrões e outros não, transgredindo-os.

Os homens parecem ainda encontrar na posição de pai uma referência de poder, visto que se identificam como trabalhadores e pais provedores, mesmo quando se encontram distanciados dos modelos normativos de masculinidade. A pesquisa de Nascimento (2000) demonstra bem essa situação no que diz respeito aos homens oriundos dos setores de baixa-renda. No entanto, o trabalho e a paternidade parecem permanecer como referências importantes nos processos de constituição das masculinidades na maioria dos grupos ocidentais urbanos contemporâneos. Fuller (2001) contribui para essa

discussão ao afirmar que o trabalho é fundamental para a constituição da masculinidade de um homem. “El logro, la responsabilidad, la contribución y el crecimiento son las categorías asociadas con la representación del trabajo. (...) La responsabilidad es una condición *sine que non* para un hombre adulto” (FULLER, 2001, p.131). Contudo, quando estes pais não conseguem prover economicamente a família recorrem, como constatado por Nascimento (2000) em sua pesquisa com pais pobres, a recursos paliativos para sua insatisfação “narcísica”. Desta maneira o alcoolismo, a violência conjugal e doméstica, e a infidelidade, são vistos, em parte, como reações desses homens pais à perda de um lugar social e à incapacidade ou impossibilidade de conquista de posições valorizadas socialmente.

As polaridades (bem-sucedido x fracassado, macho x bicha, vagabundo x trabalhador) servem para demarcar as peças do mosaico produzido pelas convenções do que seja a “norma” e o “desvio” em termos de masculinidade (NOLASCO, 1997). Compreende-se desvio como uma relação entre atores que acusam outros atores de estarem, consciente ou inconscientemente, quebrando, com seus comportamentos, limites e valores de determinada situação sociocultural (VELHO, 1981a).

A masculinidade, então, é percebida como algo a ser permanentemente conquistado pelos homens para que não recaiam no marginal, no desviante, devendo estes passarem por determinadas “provações” para poderem ser considerados “homens de verdade” (WELZER-LANG, 2000; ALMEIDA, 1995 e FONSECA, 2000). Estes teóricos assinalam o esforço para se estar à altura desta idéia de homem e o sofrimento por não o conseguir.

Mediante ao exposto, nota-se que a sociedade ocidental, ainda, pensa e percebe o mundo, as relações, o sujeito, sob uma lente cartesiana que se produz na via de mão dupla estabelecida com as normas regulatórias. Tal tecedura desafiadora culmina na produção de

identidades fixas, únicas. Isso não significa dizer que não haja resistências e fissuras. É justamente nestas lacunas, que são intrínsecas ao processo de subjetivação, que surge um novo pensamento, uma nova prática, um novo discurso. Tais mudanças causam, por sua vez, estranheza, embates entre o que é conhecido e vivido há algum tempo e as novas possibilidades.

Isto pode ser percebido no caso das masculinidades e seus atributos quando são entendidos como colados aos homens. A partir desta visão os homens, em atos performativos, exercem o que é ditado pela norma. Porém, quando inserem outros elementos ou eliminam alguns, são questionados, o seu sexo é questionado. O questionamento do sexo ocorre por este ainda ser considerado nas práticas discursivas como fundante do gênero. Assim, quando não há uma correspondência entre o fundado e o fundante, o sistema como um todo é questionado. Esta relação entre sexo e gênero pode ser pensada analogicamente à relação entre sexo e sexualidade abordada por Foucault (2005a) quando este afirma que: “É pelo sexo, com efeito, ponto imaginário fixado pelo dispositivo da sexualidade, que cada um deve passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade [...] à totalidade de seu corpo[...] à sua identidade” (FOUCAULT, 2005a, p.145-146).

Somente a partir da fluidez e não fixação de identidades com seus atributos determinados, há a possibilidade do deslocamento das bipolaridades. Com isso a própria noção de gênero, de masculinidade e feminilidade serão desconstruídas, e quiçá, surjam outras nomeações – pois estas ainda ocorrerão nos entremeios da cosmovisão moderna vigente – que sejam menos rígidas e mais múltiplas, como a nomeação “Identidade Cyborg”. Assim, há a nomeação, mas há também a possibilidade de inúmeras e abertas subjetividades, sentimentos, elementos que formem tal identidade, tal nomeação. Com

isso, “o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia” (Foucault, 1999a, p. 536).

3. PRÁTICAS DISCURSIVAS E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS

O perigo é que em lugar de dar fundamento ao que já existe, em lugar de reforçar com traços cheios linhas esboçadas, em lugar de nos tranqüilizarmos com esse retorno e essa confirmação final, em lugar de completar esse círculo feliz que anuncia, finalmente, após mil ardis e igual número de incertezas, que tudo se salvou, sejamos obrigados a continuar fora das paisagens familiares, longe das garantias a que estamos habituados, em um terreno ainda não esquadrihado e na direção de um final que não é fácil prever.
(FOUCAULT, 1984, p. 44)

Os sujeitos são produzidos e assujeitados por práticas discursivas. Esta dupla ocorrência é devida ao fato da sujeição ou assujeitamento não ser somente um ato de subordinação, mas também uma garantia e uma manutenção, uma instalação do sujeito, uma subjetivação (BUTLER, 2001). Estas práticas discursivas são formadas em um determinado momento histórico e em um dado espaço cultural. Nas palavras de Foucault (1984), o conceito de prática discursiva vincula-se diretamente a:

...um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1984, p.153).

Pode-se afirmar, então, que os discursos são constituídos política e socialmente, sendo a todo o momento percorridos e recortados por relações de poder, falhas e resistências. Aqui se toma o discurso por: “um conjunto de enunciados que provêm de um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 1984, p.141), que “está constituído por um

número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 1984, p. 153).

O enunciado para Foucault (1984), não se refere a uma unidade da frase, do ato de linguagem ou das proposições, por se encontrar justamente na transversalidade destas. Segundo Foucault (ibid.), ele é “sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (p. 32); trata-se de “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que [estas] apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (p. 98).

A “função” enunciativa caracteriza-se por quatro elementos básicos: um referente (o lugar, a condição, o campo de emergência, o que define as possibilidades de surgimento e de delimitação do que dá sentido à frase), um sujeito (entendido como uma posição a ser ocupada), um campo associado (que seria a coexistência de vários enunciados) e, por fim, uma materialidade específica (o enunciado sempre é apresentado por meio de uma materialidade – fala, escrita, etc., e é passível de reprodução ou repetição) (FOUCAULT, 1984, p. 99-119).

Para Foucault (ibid.), analisar o discurso é ficar atento no nível de existência das palavras, das coisas faladas e não procurar o seu significado último, o que está oculto ou dissimulado. É exatamente dar conta das “relações históricas, de práticas muito concretas, que estão ‘vivas’ nos discursos” (FISCHER, 2001, 199).

Para a realização deste estudo das masculinidades produzidas nas/pelas famílias de camadas médias aqui pesquisadas, procurou-se atentar mais ao discurso na sua superfície do que aos seus significados últimos. O que possibilita verificar também as práticas culturais neste processo de produção de sujeitos e de suas masculinidades, uma vez que as práticas culturais são engendradas por “ideais regulatórios” que estabelecem os limites de possibilidade destas produções.

Neste sentido, o conceito de performatividade cunhado por Butler, explicitado no capítulo anterior, torna-se extremamente produtivo para a análise aqui pretendida. Pois este possibilita a análise do processo por meio do qual subjetividades, masculinidades são (re)produzidas para relacioná-las aos homens e às mulheres e, desse modo, normalizá-los.

Desta maneira, não estamos diante da manifestação de um sujeito, e sim de um lugar de descontinuidades e dispersão, “já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem” (FISCHER, 2001, 199). Isto torna o lugar do autor um espaço determinado e vazio “que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes” (FOUCAULT, 1984, p. 107). No entanto, Foucault (ibid.) ressalta que este lugar não é determinado para sempre e não se mantém uniforme ao longo de todo o texto ou obra, ele é variante. Resumindo,

“seria absurdo, é claro, negar a existência do indivíduo escrevendo ou inventando. Mas [...] o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte do qual flutua uma obra possível retoma para si a função de autor[...] tal como ele a recebe de sua época ou tal como por sua vez, a modifica” (FOUCAULT, 2004, p. 28).

A partir desta premissa, buscou-se neste estudo, não trabalhar com falas isoladas dos/as entrevistados/as, e sim com o discurso da organização familiar a que pertenciam, sobre o prover, suas implicações e produções nas/das práticas cotidianas destes sujeitos, bem como a análise das normas regulatórias engendras nestes processos.

3.1. O prazer e a dor das confissões

Para a coleta dos comentários destes sujeitos sobre as suas vidas lançou-se mão de entrevistas semi-abertas¹², compostas por um roteiro com perguntas geradoras. Neste movimento, as próprias falas dos sujeitos suscitavam possibilidades de outros questionamentos.

A entrevista por ser uma interação entre duas pessoas – entrevistador/a e entrevistado/a – possui um caráter confessional. O/A entrevistador/a ocupa um lugar de certa autoridade sobre o/a entrevistado/a, por ser “suposto” detentor de um saber científico e, conseqüentemente, o/a entrevistado/a se vê impelido a falar. Estamos sempre ávidos na busca de falas, na busca de confissões, pois quanto mais o sujeito fala mais saberes possuímos e produzimos mais discursos de verdades, independentemente da dor e do sofrimento daquele/a que fala. A confissão, segundo Foucault (2005a),

(...) difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na ordem mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, confessam-se os pecados, confessam-se os pensamentos e desejos, confessam-se passado e sonhos (...) suas doenças e suas misérias (...); fazem-se a si mesmo, no prazer e na dor, confissões impossíveis de serem feitas a outrem e sobre as quais escrevem-se livros. (...) Tanto a ternura mais desarmada quanto os mais sangrentos poderes têm necessidade de confissões. O homem, no Ocidente, tornou-se um animal de confissão (FOUCAULT, 2005a, p.59).

Neste trabalho buscou-se a confissão destes sujeitos acerca de suas vidas, mas essa busca, no entanto, não visou produzir verdades interpretativas que recaíssem em uma

¹² Ver em anexo os roteiros de entrevistas.

hermenêutica. Procurou-se traçar a partir destas confissões, que de certa forma reafirmam as estratégias de poder, os meandros das produções de masculinidades e as resistências existentes em tal processo. O que permite afirmar que esta interpretação é resultante de uma “leitura da coerência das práticas da sociedade, pragmaticamente conduzidas” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 138), e ainda, que não “pretende corresponder às significações frequentemente aceitas pelos atores, nem, num sentido simples, revelar o significado intrínseco das práticas” (ibid., p. 138).

As entrevistas foram realizadas individualmente com cada membro da família que se disponibilizou a concedê-las. Estas entrevistas foram efetuadas nas casas destas famílias, em um colégio particular de Florianópolis e em lugares ao ar livre próximos aos locais de residência ou trabalho destes sujeitos. Conduziu-se uma entrevista com cada participante, tendo uma duração média de uma hora cada. Todas as entrevistas foram audio-gravadas em fitas K7, com permissão prévia dos/as entrevistados/as por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido¹³, e, posteriormente, foram transcritas na íntegra para fins de análise.

Foi utilizado também o diário de campo para registro do percurso da pesquisadora – o contato com os sujeitos tanto presencial quanto por telefonemas. O diário de campo possibilita o registro do que ocorre quando o gravador está desligado e o que ele não consegue captar, os discursos não verbais. Este recurso traz, portanto, mais elementos para a pesquisa. Outro recurso utilizado foi a pesquisa documental, já que alguns dados foram obtidos por meio de pesquisa em banco de dados via internet, censos demográficos e coleta de material bibliográfico.

¹³ Ver em anexo o modelo deste termo.

3.2. Diálogos possíveis

Ao se lançar nos caminhos tortuosos da pesquisa não é possível saber exatamente em que lugar se chegará, sendo isto a sua beleza e riqueza. Por mais que se procurem lugares familiares, o estranho, o novo, irrompe e edifica-se a sua frente, e vice versa. Visto que por mais que sejam famílias pertencentes à mesma camada social da pesquisadora, o que permitiria dizer que há uma familiaridade entre o objeto a ser investigado e quem o investiga, não significa “que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema” (VELHO, 1981b, p. 127).

Desta maneira, a oportunidade de pesquisar famílias de camadas médias, as quais me eram familiares por meio dos estratos hierárquicos e políticos de minha sociedade, demandou uma relativização e uma suspensão dos estereótipos que eu possuía. Isto é, transformar “o exótico em familiar” e o “familiar em exótico” (DA MATTA, 1974). Esta relativização do familiar é possível uma vez que os fatos humanos são raros, ou seja,

(...) não estão instalados na plenitude da razão, há um vazio em torno deles para outros fatos que o nosso saber nem imagina; pois o que é poderia ser diferente; os fatos humanos são arbitrários, no sentido de Mauss, não são óbvios, no entanto parecem tão evidentes aos olhos dos contemporâneos e mesmo de seus historiadores que nem uns nem outros sequer o percebem. (VEYNE, 1982, p.152)

No entanto, tenho consciência de que isto não foi totalmente possível, uma vez que é por meio da minha ótica, da minha história de vida, que os dados foram obtidos e analisados. Outras análises, outros pontos de vista, podem ser gerados por outros/as pesquisadores/as, leigos/as ou as próprias famílias pesquisadas.

O material obtido por meio das entrevistas e do diário de campo foi transformado em um discurso das famílias sobre suas histórias de vida. Para a análise destes discursos realizou-se primeiramente uma descrição, mas já efetuando alguns diálogos com a literatura especializada, das práticas cotidianas de cada família separadamente. Tal procedimento objetivou delinear quais práticas eram exercidas por estas famílias diante da situação do não provimento financeiro do homem e suas singularidades. A partir da descrição das práticas cotidianas foi possível verificar e analisar as normas que as engendram e as produzem, bem como, os processos de subjetivação dos sujeitos, suas resistências e as subjetividades que ali emergem. Para tal análise, foi realizado também, um diálogo com a literatura sobre família e gênero, bem como com os estudos de Foucault sobre poder, sexualidade e subjetivação.

É importante destacar que este estudo não visa realizar comparações e/ou generalizações entre as famílias estudadas e as outras famílias em geral, visto que existem subjetividades múltiplas e modos de vida plurais. Foucault critica todos os essencialismos, naturalismos e universalismos. Em seu pensamento é possível verificar a emergência de diversas figuras, não existindo um sujeito universal, nem sujeito da razão, e sim forças que, a cada momento criam, fabricam subjetividades.

4. O CAMPO E SEUS MEANDROS

*O tempo que me atravessa
Não cessa a emoção passada
Tropeços, promessas
O sonho não pode parar*
(Luz da Cidade, Maria Bethânia)

Apesar de haver homens desempregados oriundos das camadas médias, saber quem são e ter acesso a eles e a suas famílias, e ainda que se disponibilizassem a participar da pesquisa, constituiu-se em uma tarefa nada fácil. Por muitas vezes pensei que não conseguiria e que teria que trabalhar somente com o silêncio destas famílias, principalmente o silenciamento reverberado pelos homens, uma vez que, na maioria das vezes, os outros integrantes se dispunham a participar. Tudo isso tornou o período de campo longo e intranquilo, porém instigante.

Num primeiro momento me dirigi ao SINE (Sistema Nacional de Empregos) de Florianópolis, onde não foi possível ter acesso aos cadastros. Fiquei, então, na sala de espera dialogando com os homens que lá se encontravam. No entanto, nenhum se enquadrava nas características estabelecidas para a pesquisa, ou seja, homens oriundos de famílias de camadas médias com filhos/as e sustentadas financeiramente pela mulher. Visitei o local em outros dois dias e o mesmo ocorreu.

Mediante este cenário, procurei uma escola particular, na qual já havia trabalhado, e solicitei à direção para falar com uma aluna que, em uma oportunidade, havia me dito que seu pai estava desempregado. Conversei com Marta¹⁴ (18 anos) sobre a pesquisa e verifiquei se haveria a possibilidade de sua família participar. Ela mostrou interesse, mas

¹⁴ Os nomes dos sujeitos desta pesquisa são fictícios para manter o anonimato destes.

informou que dificilmente seu pai concordaria. Perguntei a ela o por quê desta impressão e Marta contou que ele sentia-se envergonhado em demonstrar e falar que era sustentado pela sua companheira. Para elucidar sua afirmação, Marta relatou o seguinte fato: No ano passado em uma feira que houve para inventores, seu pai estava com um *stand* expondo uma ferramenta que houvera inventado. Em um dado instante ele teve que se ausentar do local e solicitou que Marta ficasse em seu lugar. Neste momento chegou uma equipe de reportagem que fez algumas perguntas acerca da invenção, dentre estas havia uma que questionava a origem do financiamento do projeto. Marta respondeu que o financiamento que havia era o de sua mãe, pois seu pai não encontrava-se empregado, não possuindo rendimentos. Esta entrevista foi publicada em uma mídia impressa e o pai, ao ler a reportagem, zangou-se com ela e demonstrou-se envergonhado perante as pessoas, o que ocasionou o seu recolhimento domiciliar por alguns dias. Mesmo diante deste relato, solicitei a permissão de Marta para entrar em contato com seu pai, ela me respondeu: *tenho medo que ele saiba o que falei, que minha mãe é quem trabalha, essas coisas. Pois ele pode se sentir rebaixado.*

Em uma segunda conversa solicitei que Marta conversasse com seu pai sobre a pesquisa. No entanto soube que, ao relatar o assunto da pesquisa a ele, ela o informou que a entrevista seria acerca da ferramenta que estava desenvolvendo. Mediante esta informação, pedi a ela que contasse a ele o real motivo de minha pesquisa, caso contrário não seria possível entrevistá-lo. Marta, então, explicou ao pai do que se trava a pesquisa e recebi a autorização para entrar em contato.

Ao telefonar para seu pai, Marcos (46 anos), explicitarei os temas que circundavam a pesquisa e perguntei se ele se disponibilizaria a me conceder uma entrevista. Num primeiro momento Marcos indagou se não seria possível enviar as perguntas por e-mail para que ele respondesse. Elucidei então a impossibilidade de efetuar a entrevista desta

maneira, uma vez, que não se tratava de um questionário fechado. Após tal justificativa, marcamos um horário e um local para a entrevista, contudo Marcos não compareceu. Tentei entrar em contato diversas vezes, sendo que somente após quatro meses de tentativas obtive êxito em tal empreitada. Marcos me informou, nesta oportunidade, que não poderia dar a entrevista por não se enquadrar nos parâmetros de minha pesquisa, uma vez que não estava sem trabalho e que era empresário. Disse a ele que não haveria problemas. Marcamos um encontro, na escola em que sua filha Marta estudava para a realização da entrevista.

Entrevistá-lo não foi tranquilo, pois Marcos estava nervoso e ansioso. Ele procurou, a todo o momento, demarcar que era empresário e que não se encontrava desempregado. Ainda assim, foi possível manter um diálogo profícuo para os objetivos desta pesquisa.

No decorrer do período entre o primeiro contato com Marta e a entrevista com seu pai, realizei uma entrevista com ela em seu colégio. Marta, nesta oportunidade, comentou que seu pai quando indagado acerca de sua profissão se nomeava como empresário. Esta exemplifica tal situação ao contar o seguinte episódio: *quando fui comprar o meu óculos ele foi comigo, aí perguntaram para ele o que ele fazia e ele disse que era empresário. Eu não sei de onde ele tirou isso.* Este relato justificou o fato de ter sido realizada a entrevista com seu pai, mesmo este me afirmando ser empresário, uma vez que esta era a visão dela acerca dele, sendo pertinente averiguar o modo como ele se vê enquanto profissional, bem como, a visão de toda a família.

Entrar em contato com Aline (46 anos), mãe de Marta, também foi difícil, já que trabalha em Brasília e em Florianópolis, está sempre viajando e o tempo que possui livre é dedicado a resolver problemas da casa, além de ficar com os filhos e com a filha. Após várias tentativas consegui estabelecer contato com ela, que prontamente se dispôs a

participar da pesquisa. Agendamos a entrevista e a realizamos no campus da UFSC. Mesmo com a pronta disponibilidade a participar, Aline pontuou o quanto era difícil para ela estar ali relatando sua situação e a de seu companheiro. Não foi possível realizar as entrevistas com os filhos homens (dois), devido ao fato de não ter conseguido estabelecer contato com estes no tempo que possuía para concluir o campo.

Em paralelo a estas tentativas e efetivações, informava constantemente a colegas, amigos e profissionais sobre a minha investigação e buscava indicações de famílias. Com isso, consegui o contato de outra família que se disponibilizou prontamente a participar, não apontando objeções.

A primeira entrevista foi realizada com o pai (Gabriel, 56 anos), na oportunidade de sua visita à filha que reside em Florianópolis. Gabriel me informou o quanto era constrangedor para um homem estar na situação de ser sustentado pela companheira e de ter “fracassado” em sua carreira profissional, e que por este motivo era difícil falar sobre esta situação. Este fato mobilizou e deixou Gabriel emocionado durante a entrevista.

Já a entrevista com a mãe (Margarete, 50 anos) foi realizada em sua cidade de residência, Jundiaí/SP. Margarete demonstrou-se também muito emocionada ao relatar sua relação com o companheiro e filhos/as.

Por fim, conclui com a filha (Roberta, 24 anos). A entrevista com Roberta ocorreu em sua residência, de maneira tranquila. Esta me relatou o quanto a entrevista que havia realizado com seu pai, havia mobilizado-o e proporcionado a reflexão deste sobre a sua história de vida. Roberta também manifestou ao final da entrevista, que o mesmo havia ocorrido com ela.

Assim como aconteceu com a família citada anteriormente, não foi possível entrevistar o filho homem, visto que este se encontrava em viagem a outro país.

Interessante assinalar que as duas famílias pesquisadas possuem integrantes ligados/as ao universo acadêmico, o que de certa maneira possibilitou que estes/as participassem, por saberem o quanto é importante e difícil realizar pesquisas, mesmo quando apontavam o caráter constrangedor que falar sobre a sua situação familiar denotava. Diferentemente das outras famílias contatadas (num total de cinco) que não se disponibilizaram a participar.

4.1. O micro e o macro – sujeitos e famílias

Família Santos:

Constituída por cinco integrantes, pai, mãe, filha e dois filhos. Residem em Florianópolis e dividem a mesma casa, com exceção de um dos filhos (o mais velho) que mora sozinho. A renda familiar é oriunda essencialmente do salário da mãe. Fato que ocorre já há alguns anos. O pai sustentou a família até mais ou menos o final da década de 80. Posteriormente, mesmo nos momentos em que se encontrava trabalhando, a maior fonte de renda era de sua companheira.

Pai – Marcos tem 46 anos, iniciou diversas graduações, mas não as concluiu, e hoje é Tecnólogo em Gestão das Tecnologias da Informação. Trabalhou em diversos setores e funções, como: professor dos ensinos fundamental e médio, executivo de uma multinacional, gerente de algumas empresas e micro-empresário. No entanto, a sua última empresa não estava lhe dando retorno financeiro o que o levou a fechá-la. Hoje trabalha em um projeto pessoal de desenvolvimento de uma ferramenta para a indústria gráfica, que já está lhe dando certo retorno financeiro.

Mãe – Aline, 46 anos, é formada em Pedagogia com especialização em educação à distância, mestrado em Educação e doutorado em Mídia e Conhecimento. É professora universitária e desenvolve projetos em nível nacional na área de educação, tendo começado sua carreira como professora da rede estadual, níveis médio e fundamental.

Filha – Marta possui 18 anos, sempre estudou em escolas particulares e nunca trabalhou. Concluiu o ensino médio em 2006 e prestou vestibular no final deste ano. Pretende cursar uma graduação que a possibilite ter uma pré-escola e/ou ser professora trabalhando com crianças ou adolescentes.

Família Rodrigues:

A família reside no interior do estado de São Paulo, na cidade de Jundiaí, sendo composta por quatro pessoas, pai, mãe, filha e filho. A filha e o filho não moram mais com os pais, residindo atualmente em Florianópolis. Durante 22 anos o sustento financeiro da família era oriundo do trabalho do pai/homem, sendo que os rendimentos obtidos por meio do trabalho da mãe eram apenas complementares e ínfimos. Esta situação inverteu-se há mais ou menos oito anos quando foi decretada a falência da empresa do pai. Desde então, este faz alguns “bicos” e a mãe aumentou a sua carga horária de trabalho, passando a sustentar financeiramente a família.

Pai - Gabriel, 56 anos, é formado em Engenharia Civil e Direito. Durante 22 anos possuiu uma construtora que veio a falir. Após a falência cursou a faculdade de Direito e hoje realiza alguns trabalhos como profissional liberal nas áreas de Direito e Engenharia.

Mãe – Margarete tem 50 anos. Iniciou sua carreira como professora particular de inglês e português, abriu uma escola de Educação Infantil ao se formar no curso de Letras e após ter fechado a escola, passou em um concurso para ser diretora de escola da rede

municipal e para ministrar aulas de inglês para a rede estadual. Em paralelo ministrava aulas de inglês para cursinhos, fez outra graduação em Pedagogia, mestrado em Psicologia da Educação, graduação em Direito e, por fim, o doutorado em Educação. Hoje Margarete é diretora de escola, advogada e coordenadora de uma área da Faculdade de Direito de sua cidade.

Filha – Roberta, 24 anos, é formada em Psicologia, área na qual faz Mestrado. Pretende no futuro dar aulas, fazer um Doutorado e atuar em Psicologia Clínica.

5. MODOS DE VIDA E PRÁTICAS DISCURSIVAS NA URDIDURA DA COTIDIANIDADE FAMILIAR

O prover enquanto enunciado encontra-se localizado nas práticas discursivas que produzem modos de vida para os sujeitos e, conseqüentemente, subjetividades. Modos de vida que são múltiplos e singulares, mas, por serem regidos pela mesma norma, permitem o estabelecimento de congruências de cunho histórico e temporal entre eles, sendo que esta norma delega ao homem a posição de provedor do sustento financeiro familiar. O fato de o homem encontrar-se provendo ou não estabelece modos singulares de vida. Cada família atua performaticamente perante esta norma produzindo práticas cotidianas únicas. No entanto, justamente pelo caráter histórico e temporal que a norma possui, é possível estabelecer modos de se relacionar com o mundo congruentes com os de outras famílias. Essa situação pode ser visualizada ao exercitar uma leitura destas práticas cotidianas levando em consideração o espaço-tempo em que se realizam. Ou seja, a norma estabelece certos padrões de comportamento para os sujeitos para que estes possam tornar-se inteligíveis frente ao outro, serem reconhecidos enquanto sujeitos, mas a maneira de exercê-los depende dos modos de subjetivação de cada um, da maneira como agem perante a norma.

Com o intuito de visualizar estes modos de vida que são ao mesmo tempo singulares e congruentes, serão descritas primeiramente as práticas cotidianas de cada família, tendo como pano de fundo o prover, e posteriormente serão delineadas e discutidas as normas e as resistências que são intrínsecas aos modos de subjetivação.

5.1. As práticas cotidianas

Família Santos

Marcos e Aline conheceram-se e casaram-se quando ministravam aulas para os ensinos Fundamental e Médio da rede Pública de ensino, ambos eram professores. Recém casados, Marcos entendia que deveria galgar um emprego que lhe propiciasse um maior rendimento. Com este intuito fez um concurso e passou a exercer sua atividade profissional em um banco. Nesta época a família Santos possuía uma vida muito confortável, pois Marcos ganhava o suficiente para proporcionar uma ótima qualidade de vida à sua família, enquanto que Aline continuava desenvolvendo o seu trabalho *por prazer*¹⁵, sendo sua renda destinada às suas despesas pessoais, complementando a renda de Marcos.

O Marcos ganhou bem mesmo, ganhou dinheiro, ganhava muito mais que eu.(...) a minha grana era mais para as minhas coisas, para as crianças, e para as minhas coisas mais pessoais assim, era um complemento, mas a dele era a base de tudo, e a gente vivia bem...
(Aline)

Marcos não estava muito satisfeito com seu emprego no banco e com o estabelecimento do Plano Cruzado ou Inflação Zero o setor bancário sofreu uma forte crise. Mediante a estes fatos, resolveu montar uma empresa juntamente com alguns colegas. Porém, esta empresa não conseguiu se consolidar no mercado tendo que encerrar as suas atividades. Marcos trabalhou posteriormente em diversas empresas, nas quais

¹⁵ As expressões destacadas em itálico no corpo do texto referem-se às falas dos sujeitos pertencentes à organização familiar.

possuía o cargo de gerente. Com isso os seus rendimentos passaram a oscilar, ora ele estava empregado recebendo um salário ora não, até o momento em que resolveu se lançar novamente como empresário. Com estas oscilações o rendimento fixo da família passou a ser o de sua companheira, sendo que nos dois últimos anos, após o fechamento de sua última empresa, este passou a ser o único.

A partir do momento em que Marcos não pôde mais proporcionar a vida que a família levava, Aline buscou se especializar cada vez mais em sua profissão e aumentar a sua carga horária de trabalho, com o intuito de elevar os seus rendimentos. Tal situação fez com que Aline trabalhasse muito, além desta ser considerada como *porto seguro* da família - a quem recorriam quando necessário – o que é fonte de preocupação na família, pois esta a vê como *fraquinha*.

Tá sempre trabalhando, sempre com vários compromissos, assim. Isso ela já....acho que ela não devia trabalhar tanto (...) Porque ela é muito fraquinha. Tipo de saúde, né. Daí ela não se alimenta, e ela se estressa muito, ela pensa....tipo lá em casa todo muito corre para a mãe, né. (Marta)

Esta inversão no sustento financeiro familiar é entendida e vivenciada de maneira incômoda pela família. Como motivos para tal aborrecimento são apontados: o fato de o rendimento de Aline não ser o suficiente para que Marcos possa desenvolver seus empreendimentos, como, por exemplo, a sua invenção de uma ferramenta; de Aline trabalhar muito; e a não realização profissional e pessoal de Marcos, pois, este é visto como frustrado profissionalmente por não ter conseguido encontrar algo que o satisfizesse e que tivesse dado certo.

No entanto, esta mudança não propiciou grandes alterações nas posições atribuídas aos seus membros, constituindo-se esta a maior queixa. Esta reclamação é decorrente da

expectativa que a família possuía de que por estar sem trabalho e Aline trabalhando muito, Marcos pudesse auxiliar nas atividades domésticas, o que não ocorreu. A justificativa trazida para esta não alteração, é a de que a mulher não é vista nesta família como provedora e a de que Marcos sempre procurou demonstrar que estava trabalhando. Outro fator apontado é o de que ele não foi *preparado* para assumir as atividades domésticas, que socialmente eram, e frequentemente ainda são, atribuídas às mulheres.

eu não tive o preparo (risos) operacional, psicológico, enfim. Jamais eu me via na situação de dono de casa, tendo de fazer as coisas que geralmente as mulheres fazem e colocando ela na situação de provedora (Marcos).

Há uma lógica operando aqui que liga sexo diretamente a gênero e seus atributos, e vice-versa, que consiste em uma atribuição à mulher dos espaços domésticos. Esta visão é vivida e transmitida por gerações, o que acaba por naturalizar a casa como um espaço feminino, ou ainda, feminilizante, fazendo com que o homem se afaste deste lócus para não colocar em “risco” a sua masculinidade. Este processo de transmissão geracional e cultural faz com que Marcos aja performaticamente reiterando tal proposição, enquanto que a família evidencia uma resistência a esta norma, ao desejar e não ver problemas que Marcos ocupe tal espaço.

Interessante notar que o não atribuir à Aline a nomeação de provedora e a de Marcos de dono de casa, possibilita certa liberdade de trânsito entre estes espaços, ou seja, ele pode voltar a ser o provedor, enquanto que ela pode exercer as funções de dona de casa e de provedora. Tanto que o rearranjo financeiro é visto como transitório pela família. Esta perspectiva de transitoriedade pode estar relacionada ao fato de Marcos ter oscilado muito em sua carreira profissional, ora ganhando dinheiro ora não, mesmo que quando recebesse fosse menos que Aline, bem como, à tentativa empreendida pela família em não alterar as

posições subjetivas e objetivas de seus membros. Com isso esta permanece atuando segundo a norma estabelecida.

Porém, esta busca por uma não nomeação não é eficaz, na medida em que ao evitar os enquadramentos acima descritos, acaba-se por recair em outros. Isto é, Marcos se nomeia enquanto empresário e tenta demonstrar que sempre está trabalhando enquanto que sua mulher não é reconhecida como provedora e exerce as atividades domésticas também. O que permite inferir que há uma tentativa de não inverter o arranjo familiar existente antes de Aline assumir o lugar de provedora, deixando-o em sua posição, mesmo que fictícia, de pai provedor do lar. Continua-se, então, atuando de maneira performática dentro da norma de que o homem deve ser o provedor ou ao menos trabalhador.

O fato de Marcos sempre se empenhar para realizar algum tipo de trabalho, tem a ver, também, com a procura em não recair no ócio, como se a todo o momento o seu tempo devesse estar ocupado. Pois, há a dificuldade em lidar com a falta de emprego ou de perspectivas e projetos se encaminhando. Ou seja, *a dificuldade é você cair naqueles vazios, das armadilhas que a vida apresenta. E que você nem sempre está preparado (Marcos).*

Em uma sociedade regulamentada pela regra do trabalho, os indivíduos não são “preparados” para exercer o ócio - que é uma das expressões de autonomia do indivíduo - já que este não pode ser regulado e disciplinarizado totalmente pelo modo capitalista de produção. Desta maneira, o ócio é entendido como uma transgressão, como uma linha de fuga à norma, ao trabalho. Resumindo, “na nossa sociedade onde o trabalho é a regra, o ócio torna-se uma espécie de desvio” (FOUCAULT, 1999a, p. 346).

A busca de Marcos por não ocupar o espaço da casa aliada ao fato deste ter que sempre estar mostrando a sua não *acomodação*, que estava trabalhando, fez com que este não tivesse uma aproximação com os filhos. Como se ao se relacionar com eles e dialogar,

se aproximasse do espaço doméstico, além de possivelmente ter que demonstrar os seus sentimentos e suas fraquezas, principalmente aquelas relacionadas ao seu lado profissional e ao não provimento financeiro. No entanto, os filhos percebiam a situação delineada, principalmente Marta que era muito ligada à mãe e sua confidente. Esta se incomodava em ver sua mãe trabalhando muito e seu pai não, chegando a chamá-lo de *preguiçoso*.

Se nos últimos dois anos Marcos vem trabalhando no desenvolvimento de uma nova ferramenta, por que ainda afirmar que este não trabalha e é um preguiçoso? Para responder a esta pergunta é necessário analisar três aspectos, que são interligados e justapostos:

a) Por ser um trabalho que demanda estudos e pesquisas, um trabalho intelectual antes de se objetivar na ferramenta em si, o processo de invenção torna-se um trabalho imaterial, e não palpável, conseqüentemente, menos valorizado. Este tipo de trabalho não fica circunscrito tão somente ao dispêndio físico, expande-se às aptidões cognitivas, possuindo como meta final a acumulação de informações, para conseqüentemente, materializar-se em uma tecnologia que servirá para um trabalho material. Neste processo há, portanto, a agregação de um valor adicional ao produto do trabalho, a criatividade intelectual (VERCELLONE, 2003).

A materialidade deste tipo de trabalho, o imaterial, requer a comunicação entre os indivíduos, por se tratar de um trabalho de natureza cognitiva e sua valorização afetiva. Então, Marcos ao não manter uma relação dialógica com seus filhos não tem a possibilidade de compartilhar com estes o seu trabalho. Como estes poderão, portanto, inferir que o pai trabalha?

b) Remete a necessidade de possuir rendimentos, já que nesta empreitada passa-se por um longo período somente investindo para depois ter um retorno financeiro. Com isso há um elo entre trabalho e rendimento, ou seja, se não há rendimento, conseqüentemente,

não há trabalho e o pai é *preguiçoso*. Este raciocínio é decorrente da noção de que o trabalho deva ser comprado por alguém, mesmo que seja na forma de seu produto final, fazendo que o valor do trabalho esteja intimamente interligado ao valor do produto final ou do esforço e tempo que são despendidos para alcançá-lo (FOUCAULT, 1999a).

Então, ao se levar em consideração que o pai não trabalha, como ele poderá sustentar a família financeiramente? Ao partir do pressuposto de que o prover e o trabalho sejam considerados como deveres legados aos homens e Marcos não cumpre com seus deveres, o que lhe resta é ser denominado de *preguiçoso*.

c) Refere-se à idéia de uma ligação estreita entre trabalho e emprego. Uma vez que ele encontra-se desempregado, não vinculado a uma instituição, Marcos trabalha nos espaços que desejar e nos horários que forem mais oportunos a ele. É possível notar resquícios de uma lógica capitalística nesta relação estabelecida entre trabalho e emprego, na qual é necessária a ligação do indivíduo ao aparelho de produção para o qual trabalha. Ou seja, o indivíduo deve estar concretamente ligado aos meios de controle do capitalismo, sejam eles, disciplinares e/ou reguladores. “É preciso a operação ou síntese operada por um poder político para que a essência do homem possa aparecer como sendo a do trabalho” (FOUCAULT, 1999a, p.357).

Ao exercer a sua existência de maneira criativa e autônoma e, ainda, não ser assalariado, Marcos encontra uma fissura no modo de produção e também no âmbito da produção de masculinidades, desestabilizando-os. Mas esta regra ainda vale para a família e a todo o momento ela é requerida, o que faz com que o grupo familiar entre num jogo permeado pelo agonismo entre a regra e a sua resistência.

Esta ótica orientada para a busca de emprego, a concepção de que o homem deve sustentar financeiramente a família e, de certa maneira, pela pressão desta e de sua família de origem, fez com que Marcos buscasse se inserir no mercado de trabalho por diversas

vezes. Mas como já havia ocupado cargos elevados anteriormente em suas atividades profissionais, não se sujeitava a aceitar qualquer proposta de emprego. A partir destas circunstâncias ele foi se retraindo e desacreditando no seu potencial, o que deixou e deixa Marcos infeliz, conforme afirma sua companheira: *eu acho que ele não foi feliz nesse período, não está feliz (Aline).*

Com a inversão na posição de quem sustenta financeiramente a família, a relação conjugal por diversas vezes ficou estremecida. Pois de um lado estava Marcos que se sentia incomodado em ver a sua companheira tendo que trabalhar muito para poder manter o *bom padrão de vida* da família e ele não podendo auxiliá-la. Do outro lado encontrava-se Aline que, por prover o sustento financeiro da família e por se incomodar com isso, agia às vezes de maneira *autoritária* com o companheiro.

(...) uma certa arrogância, uma certa prepotência, um certo poder, te faz tomar determinadas atitudes... então, às vezes, eu impunha a minha autoridade enquanto provedora, todas as vezes que eu fazia isso a gente brigava feio..(Aline).

É possível perceber uma relação entre autoridade e provimento, relação esta que possibilita a quem está provendo exercer certa autoridade sobre o outro. Contudo, esta ligação da autoridade não se estabelece somente com o prover, mas também com o trabalho. Isto talvez possa ser melhor visualizado na relação estabelecida entre Marcos e os filhos, na qual ele mantém-se *autoritário*¹⁶ e por vezes *arrogante* com estes, como que em uma tentativa de afirmar que está realmente trabalhando e de não perder a posição de autoridade e o respeito dos filhos. Com isso ele pode manter sua posição de homem, pai,

¹⁶ O conceito de autoritário é trazido pela família como uma maneira de nomear quem detém o poder de decisão nesta organização familiar.

trabalhador e provedor. Nesta busca pela manutenção desta posição por meio do *autoritarismo*, Marcos acabava se desentendendo com Aline exatamente quando esta era *autoritária*, como se abalasse a sua masculinidade.

As desavenças do casal são resolvidas, em suas palavras, por meio de muito diálogo e pelo amor que sentem um pelo outro, o que possibilita que continuem casados e mantenham uma relação de apoio mútuo. Marcos apóia e incentiva Aline em suas atividades profissionais e esta o apóia a cada nova empreitada. Este suporte oferecido por ela é visto pela família como possível por Aline não achar imprescindível que o homem seja o provedor, mesmo que por vezes ela se incomode com o fato dele não o ser.

Neste contexto familiar pode-se, então, apreender que por mais que a mulher exerça uma atividade profissional, é ela ainda quem deva também exercer as atividades domésticas, cabendo ao homem somente a atividade profissional. A partir desta prerrogativa é possível ver a mulher ocupando várias posições sociais e atributos - profissional, dona de casa, provedora, sentimental, *autoritária*, mãe - enquanto que o homem ainda só pode desempenhar a de trabalhador e de *autoritário*, podendo demonstrar carinho e afeto somente para com sua companheira.

Mediante o cenário aqui pincelado, pode-se notar que o discurso acerca do prover é uma norma que regula seus cotidianos e produz subjetividades. O prover enquanto um enunciado, que produz uma norma regulatória e é produzido por esta, estabelece que o homem deva ter um trabalho e principalmente um emprego para que, conseqüentemente, possa sustentar financeiramente a família. Este corolário trouxe implicações para as relações dos indivíduos que compõem esta organização familiar, uma vez que esta objective deixar às sombras o fato de que a regra esteja sendo quebrada e vise trazer à luz a sua manutenção. O que causa desconforto entre os integrantes desta família, pois como realizar a cópia fiel de uma pintura sem as mesmas tintas e os mesmos pincéis?

Família Rodrigues

Quando Gabriel e Margarete casaram-se, ela cursava a graduação de Letras e ministrava aulas particulares, enquanto que ele era funcionário de uma empresa, na qual trabalhou durante um ano. Após trabalhar nesta empresa, lançou-se como engenheiro civil autônomo, vindo a abrir sua própria construtora. Margarete ao concluir seus estudos abriu uma escola de educação infantil, onde trabalhou durante cinco anos. Posteriormente, passou em um concurso para ministrar aulas na rede estadual de ensino e para diretora de escola da rede municipal, sendo que paralelamente ministrava aulas para a rede privada.

A construtora de Gabriel teve uma ótima aceitação no mercado, o que lhe possibilitava obter elevados rendimentos. Assim, Margarete desfrutava da possibilidade de trabalhar sem se preocupar em lograr por bons salários e apenas em fazer o que lhe proporcionava satisfação pessoal. Seu trabalho era considerado pelo companheiro e seus amigos como não necessário, já que ele teve uma forte ascensão profissional propiciando uma ótima qualidade de vida à família, além de afastá-la das atividades domésticas. Gabriel entendia que Margarete deveria ficar em casa e cuidar das crianças e do lar. No entanto ela pontuava a todo o momento que não era dona de casa e manteve sua carreira profissional, pois esta era fonte de muita gratificação pessoal.

As pessoas me criticavam muito por trabalhar (Margarete).

Ele falava: porque essa casa não tem dona de casa, porque não tem nada, você não olha isso. Ai minha mãe falava: mas eu não sou dona de casa, eu trabalho fora e tal (Roberta).

Nota-se que Margarete resistia à norma estabelecida pela sociedade em que vivia, a qual pregava que a mulher para exercer bem a sua posição social de mãe, deveria ocupar-

se do lócus familiar, a casa. Ainda que esta pudesse trabalhar fora, a sua prioridade deveria ser a casa, os filhos e o marido, o que leva muitas mulheres, que optam ou necessitam exercer atividades profissionais, a exercerem uma dupla jornada de trabalho. A resistência de Margarete ocorre justamente na fissura desta própria norma, ou seja, ao repetir o padrão inteligível, trabalhando fora e cuidando dos filhos (sua relação com os filhos era de forte proximidade), ela consegue agregar um padrão ininteligível: o de se eximir do cuidado da casa, uma vez que Gabriel e a sociedade entendiam que era de sua responsabilidade e seu dever se ocupar destas atividades. Importante salientar, que o cuidado da casa não é entendido, aqui, como realizar os afazeres domésticos, uma vez que esta mulher não os precisava efetivar por ter uma empregada. O que a norma estabelece para ela, então, é o de gerenciar o lar, assim como a funcionária que exerce tais serviços domésticos, posição da qual Margarete exime-se por não se nomear como dona de casa.

No entanto, a subversão à norma exercitada por Margarete implica em risco social, não se dá de maneira tranqüila, o que pode ser visualizado por meio da cobrança que faziam a ela por ter preferido trabalhar a ficar em casa. Desta maneira, a repetição de uma norma traz consigo a possibilidade de subversão, de não segui-la, mas com um custo social. Tal custo decorre da fragilidade e abertura de espaço que são proporcionadas pelo desvio, podendo ocasionar o questionamento da norma, desestabilizando-a. Coloca em xeque até mesmo a regra da necessidade do homem ter que trabalhar e prover o sustento, afinal, ao Gabriel trabalhar e obter rendimentos suficientes para pagar todas as contas do lar, Margarete não precisaria trabalhar. Isto é, o fato dela trabalhar poderia questionar a sua posição de bom provedor, de bom homem. Esta linha de raciocínio vai ao encontro do que Butler (1997) apregoa acerca da norma, quando esta infere que ao “pronunciar e mostrar a alteridade dentro da norma (...) mostra o fracasso da norma para exercer o

alcance universal que representa, mostra o que poderíamos chamar como a prometedora ambivalência da norma” (p. 154).

Neste período a família vivia muito bem financeiramente, mas as relações íntimas familiares eram embramadas. Esta situação decorria do fato de Gabriel trabalhar exaustivamente, sendo esta a sua prioridade, o que não lhe permitia desfrutar de relações mais intensas com seus filhos e sua companheira. Quando havia a possibilidade de aproximação, esta ocorria mais com Margarete do que com os filhos. Com isso não havia muito tempo para ficar com a família e o pouco tempo que possuía não era aproveitado, por estar estressado com suas atividades profissionais, gerando embates em suas relações. Assim, ao invés destas serem permeadas pelo diálogo, havia a imposição de suas idéias, fato que era visível até mesmo pelo seu alto tom de voz. Esta imposição pode estar relacionada com a circunstância deste prover o sustento financeiro, como se por ganhar muito dinheiro e proporcionar uma vida confortável para a família, ele seria detentor de certa autoridade sobre os demais.

Em 1999, porém, Gabriel teve que solicitar a falência de sua construtora, época em que a família passou por dificuldades tanto de ordem financeira quanto afetiva. As de ordem financeira relacionavam-se com a impossibilidade deste continuar provendo o sustento financeiro e com o fato de Margarete não obter rendimentos suficientes para a manutenção do padrão de vida que possuíam. Tiveram, então, que reduzir os gastos familiares, como não ter mais carro, não ter mais empregada doméstica, diminuir as despesas alimentares, e, por vezes, aceitar pequenos auxílios financeiros das mães do casal, como por exemplo, para pagar taxas de inscrições dos vestibulares da filha.

Foi uma fase que às vezes não tinha dinheiro nem para comprar alimentação, não tinha mais carro (Gabriel).

Estas dificuldades financeiras fizeram com que Margarete procurasse ampliar sua jornada de trabalho, passando a trabalhar em tempo integral. Mas, esta não se via capaz de sustentar todo o grupo familiar, uma vez que havia sido *preparada* para trabalhar e não para prover financeiramente a família. Pois, *quando nós casamos ainda jovens, historicamente, era dito para a gente que quem tinha que ganhar dinheiro e bancar aquela história era ele, que eu seria uma coadjuvante* (Margarete).

A possibilidade de Margarete trabalhar teve influências da sua família de origem, na qual sua mãe sempre exerceu uma profissão, ocupando até mesmo cargos políticos. Esta postura da mãe de Margarete era, segundo a família, rara, uma vez que moravam em uma cidade constituída por pessoas conservadoras, as quais entendiam que as mulheres deveriam se ocupar das atividades domésticas, e viviam em uma época em que poucas mulheres trabalhavam fora de casa no município em que residia. No entanto, era uma época de mudanças, anos 60 e 70, período em que reivindicações sociais por parte do movimento feminista ganhavam maior expressão. Havia, portanto, espaços se abrindo, e a mãe de Margarete foi uma das que adentrou nestes, mesmo com a pressão exercida pela sua sociedade.

A falência da empresa de Gabriel deixou-o muito frustrado, uma vez que seus planos profissionais não haviam dado certo e este não poderia mais prover financeiramente sua família, além do fato de ter que pedir dinheiro para a sua companheira. Esta situação fez com ele ficasse doente e deprimido, não tinha mais forças para sair de casa ou até mesmo para deixar a cama. No início, por diversas vezes levantava cedo como se fosse trabalhar e se dava conta que não poderia mais o fazer. Por vezes conseguia visualizar uma perspectiva e tentava procurar um novo emprego, mas não era bem sucedido.

Concomitantemente a isto, a família era excluída pela sociedade, uma vez que as pessoas o viam como fracassado, como incapaz de prover a sua família, chegando a não dirigirem a palavra a ele. Gabriel era marginalizado por não ter emprego e por não ter crédito para poder comprar e, conseqüentemente, pagar as contas da família. *Porque em qualquer lugar que você vai você não pode pagar com cheque, não pode ter cartão de crédito. É complicado* (Gabriel).

A marginalização social sofrida por Gabriel pode ser decorrente das normas regulatórias de gênero e das do mercado capitalista voltado ao consumo. A primeira estabelece que por ser homem ele deva trabalhar e prover o sustento financeiro à sua família. No entanto, Gabriel não se encontra atuando segundo esta norma, ainda que tente segui-la não obtém sucesso, o que o deixa fora da zona de inteligibilidade social, como se fosse invisível aos olhos da sociedade. Esta invisibilidade não se dá como uma metáfora e sim na concretude das relações, como, por exemplo, o fato das pessoas cumprimentarem a sua companheira e não cumprimentá-lo. *As pessoas deixam claro, ele fica sempre o último da fila...* (Margarete). Assim, as posições sociais, como a de homem provedor são “princípios organizadores embutidos de práticas materiais e arranjos institucionais, que são as matrizes de poder e discurso que me produzem como um ‘sujeito’ viável” (BUTLER, 1998, p.24).

A segunda norma está intimamente ligada à sociedade de consumo moderna, a qual é fruto do capitalismo. Esta estabelece que é necessário consumir para poder possuir um *status* social. Ao consumir o sujeito denota que trabalha e possui rendimentos, alimentando o modo de produção capitalista que sobrevive por meio do lucro. Gabriel, ao não consumir e não trabalhar, não é considerado como útil e produtivo para a sociedade e sim um incômodo por não reiterar a norma, por se encontrar justamente à margem deste sistema.

Margarete também se sentia mal com esta situação por diversos fatores: ter que trabalhar muito, ver Gabriel nesta condição e por ter que pagar as dívidas oriundas da falência empresarial. Essa situação gerava grande desconforto e, às vezes, ela agia de maneira *autoritária*, como se por estar pagando as contas, o companheiro devesse obedecê-la. Conseqüentemente, ocorriam muitas brigas entre o casal, chegando até mesmo a cogitar a hipótese de separação conjugal. Mas o casal optou, segundo a família, por despojar-se das posições sociais que eram impostas historicamente a cada um, visando uma maior flexibilidade de exercício de suas atribuições, isto é, ao descolarem as posições que eram coladas aos seus corpos conseguiram transitar entre elas.

Neste período, a configuração das posições exercidas pelos membros da família foi alterada, na medida em que Gabriel deixou o seu lugar de pai provedor ausente por vezes, e passou a ocupar o de filho. Assim, a família passou a ser constituída pela mãe juntamente com seus três filhos. Tal (re)configuração, se constituiu na medida em que Margarete passou a sustentar o marido e a cuidar dele, a incentivá-lo a não desistir de sua vida.

Nós somos os três filhos dela. Até brinco quando ela faz alguma coisa, cuidado porque você tem os seus três filhos para cuidar (Gabriel).

Quando a situação era inversa, ou seja, a mulher era sustentada pelo companheiro, por que ela não era considerada como filha? A resposta para esta pergunta pode-se encontrar relacionada à norma que prevê que o dever de prover é do homem e o da mulher se restringe à tarefa de cuidar. Quando o homem não mais exerce o seu dever e sofre por isso, encontrando-se frágil, a mulher passa a ter o dever de estender o seu cuidado a ele. Outra resposta que não exclui a anterior, é a de que como a mãe de Gabriel ficou viúva quando este era jovem e teve que sustentar os filhos, tornou-se mais aceitável para ele uma mulher

que sustente os filhos e não o companheiro e os filhos. Assim, para tornar inteligível para si e para os outros a sua situação, passou a assumir a posição de filho.

Neste cenário os filhos viam-se perdidos, pois de um lado havia a mãe que ora compreendia a situação do pai ora não, e de outro, se encontrava o pai sentindo-se constrangido e sofrendo pelo que acontecia. Localizavam-se assim entre o *fogo cruzado* (Roberta). Sentiam-se também aflitos, pois haviam perdido a referência que possuíam até então do pai, na medida em que este era quem dava a palavra final em casa e passou a se eximir desta posição, delegando-a à mãe. O que é compreensível, já que este também ocupava o lugar de filho na família, tendo que se dirigir a Margarete para pedir dinheiro, e com isso realizar os seus desejos, as suas vontades. Portanto, Gabriel não se sentia habilitado para falar desde a posição de pai, de autoridade, uma vez que a fala depende de quem é o sujeito que a profere e da posição ocupada por este, por meio de um direito que é reconhecido institucionalmente (FOUCAULT, 2004).

Diante de todas estas circunstâncias que causavam aflições, Gabriel, segundo os membros do grupo familiar, tinha algumas opções, embriagar-se, continuar deprimido, fazer terapia ou voltar a estudar. Como a família não tinha condições de pagar uma terapia e Margarete trabalhava em uma faculdade e havia a possibilidade de conseguir uma bolsa de estudos para Gabriel, este decidiu voltar a estudar e fazer o curso de Direito. Esta escolha é decorrente do apoio e incentivo que teve da família, suporte que é considerado como fundamental para que este não se tornasse *alcoólatra, porque tem hora que o sufoco é tão grande que você (emocionado) sente a necessidade (pausa) de beber, de fugir do mundo. Se não tiver (choro) um apoio da família não vence. Então, é um baque muito forte (Gabriel)*.

A nova formação de Gabriel abriu o seu leque de possibilidades de atuação profissional, pois poderia desenvolver atividades tanto como engenheiro como advogado.

Assim, passou a efetivar pequenos trabalhos nestas áreas, bem como a realizar os serviços domésticos, tornando-se um *dono de casa*, e os serviços de escritório para a companheira, como ir ao banco. Nestas circunstâncias, quando este se encontra trabalhando fora de casa, por mais que não tenha grande remuneração, sente-se bem por estar fazendo algo. *Pelo menos distrai* (Gabriel).

Assumir as atividades domésticas foi consequência do aumento da carga horária de trabalho de sua companheira e de não poderem pagar uma empregada para cuidar da casa. No início esta posição foi vivenciada de maneira intranquã por ele, já que este se sentia incomodado em ter que, por exemplo, ir ao supermercado sendo que não trabalhava. Isto é, ele não se sentia bem em ir fazer compras por não trabalhar e ter que encontrar com moradores da cidade que por vezes o marginalizavam, e ainda, por comprar com o dinheiro originado do trabalho de Margarete. No entanto, com o passar do tempo, Gabriel foi se acostumando e hoje gosta e não vê problemas em cozinhar, limpar, enfim, em realizar os afazeres domésticos. O fato da família não ver distinção entre trabalho destinado ao homem e trabalho destinado à mulher, numa perspectiva mais igualitária, proporcionou que este realizasse tais atividades e que sua companheira trabalhasse fora de casa.

Percebe-se, portanto, que a maior dificuldade não reside na mulher ter uma carreira profissional e sim no não trabalho do homem e a sua não contribuição financeira. Hipótese que pode ser melhor contemplada nas práticas desta família, nas quais Gabriel se sente frustrado por não prover a família e principalmente por não trabalhar, e Margarete compreende que ela é quem tem que sustentar no momento a família, mas ao mesmo tempo se incomoda ao vê-lo impossibilitado de ajudá-la.

Eu falo: olha, nós estamos juntos há 31 anos, você me sustentou 27, eu to só com 5, calma, quando você chegar no 31 eu te sustentando, você vai ganhar um cartão vermelho (Margarete).

Estas circunstâncias serviram como pano de fundo e molas propulsoras de grandes mudanças nas relações familiares. Gabriel já não era mais *autoritário* e arrogante. Passou a ter uma postura mais igualitária e humilde com a família, além de possuir mais tempo para ficar em casa e, conseqüentemente, a se relacionar intensamente com os seus. O vínculo passou a ser permeado pelo compartilhar, por diálogos. Os sujeitos, conforme o grupo familiar, despiram-se do *egoísmo* e uniram-se justamente a partir do sofrimento, frustrações e alegrias que sentiam decorrentes das alterações ocorridas em suas práticas cotidianas.

É isso que eu acredito que um dia... as pessoas ao se despirem do egoísmo exacerbado da sociedade, elas vão chegar a isso... e é a isso que eu tô chegando no meu casamento, eu tô muito feliz...(Margarete).

O diálogo na família propicia que compartilhem uns com os outros as suas incomodações, como, por exemplo, quando Gabriel realiza um trabalho e chega um pouco mais exaltado em casa, é solicitado a ele que abaixe o tom de voz, que não se estresse com o trabalho e este escuta e pede desculpas por sua atitude, o que não ocorria anteriormente.

Mesmo permanecendo em Gabriel uma *ferida aberta* por ter *fracassado* em sua atuação enquanto profissional e provedor, e Margarete conservando sentimentos contraditórios em relação ao companheiro, com *vontade de bater a manhã inteira e abraçar à tarde* (Margarete) por ter que pagar as suas dívidas, após o turbilhão inicial a

família vê que este acabou por varrer as distâncias que existiam entre seus componentes, fazendo com que estes se (re)conhecessem e se *enamorassem*.

No momento Gabriel encontra-se com um escritório montado em sua cidade, trabalhando em uma construção e obtendo pequeno retorno financeiro. A família sente muita satisfação em vê-lo trabalhando e não mais adoentado, e infere que suas doenças eram decorrentes da falta de trabalho. Em outras palavras: *a tua depressão tem nome, é falta de trabalho. Que ele fica sem trabalho, a pressão começa a subir, ele começa a ter problema de artrose, aí ele fica de cama, aí ele fica mal (Roberta)*.

Delineiam-se, assim, três momentos na história de vida desta família: a) em que o pai provê o sustento e é distante da família, além de ser extremamente *autoritário*, enquanto que a mãe trabalha, é próxima dos filhos, sensível e emotiva; b) o da crise, quando o pai deixa de prover e se vê impelido a ficar em casa, não tendo mais em quem mandar, destituindo-se, em parte, da característica de *autoritário*. Afinal, *chegou uma época que ele só tinha um cachorro para mandar e foi triste porque o cachorro também não escuta (Margarete)*. Gabriel passa a demonstrar-se frágil e emotivo. A mãe tem, então, que assumir o sustento financeiro, o que a leva a se portar de maneira mais competitiva, porém sem perder a docilidade. Em outras palavras: *eu virei um homem, eu sou um homem, eu só não tenho pinto, mas eu virei um homem, porque eu pago conta, eu tenho que brigar, eu estou com características competitivas no mercado (Margarete)*; c) o momento em que a mãe sustenta a família e o pai contribui quando tem algum retorno financeiro de seus trabalhos, exerce as atividades domésticas, aliados à maior proximidade deste com a família e vice e versa. Nesta fase tanto Margarete quanto Gabriel são emotivos, sensíveis e ela continua sendo competitiva, *guerreira*, enquanto que Gabriel, quando trabalha e tem um retorno financeiro, assume novamente uma postura mais *autoritária*.

As características que emergem nesta última fase, já existiam anteriormente à crise. No entanto, no contexto em que viviam sobressaiam mais umas em detrimento de outras. Como que por terem posições bem definidas - Gabriel trabalha e sustenta financeiramente a família e possui atitudes *autoritárias*, e Margarete trabalha, mas é coadjuvante nas despesas da casa, além de cuidar dos filhos e ser sensível – possuísem características que condissessem com suas posições ocupadas nesta família e socialmente. Havia uma ligação entre sexo e gênero, isto é, a mulher tinha atributos femininos e o homem, os masculinos. Mas no momento da falência da empresa de Gabriel, houve uma crise neste sistema, a mulher passou então a atuar performaticamente mais no gênero masculino e o homem no feminino, o que fez com que questionassem até mesmo seu sexo por não haver mais uma ligação direta entre sexo e gênero. Como se voltassem a si e questionassem: será que estou de acordo com a norma? Será que sou mulher ainda? Será que sou homem ainda? Afinal esta norma reitera que o masculino corresponde ao homem e o feminino à mulher. Hoje possuem uma relação que permite que deslizem nas várias posições de gênero e, conseqüentemente, demonstrem atributos tanto masculinos quanto femininos.

Mediante o resumo apresentado da biografia desta família, pode-se notar que o prover serviu como um enunciado para o desenrolar do enredo de suas práticas discursivas cotidianas, bem como de seus modos de se relacionar. Essas práticas foram paulatinamente alteradas no decurso da sua história, possibilitando o surgimento de novas subjetividades para os mesmos personagens poderem atuar em suas atribuições cotidianas.

5.2. Normas e processos de subjetivação

Durante os primeiros anos da década de 80 do século XX, as camadas médias brasileiras experienciaram uma ascensão meteórica, fruto ainda do milagre econômico ocorrido nas décadas de 60 e 70 com o crescimento da industrialização, o que permitiu o acesso cada vez maior a bens de consumo. No entanto, já na metade da década de 80 até final da de 90 o país passou por fortes crises econômicas advindas da instabilidade monetária e da recessão, com altíssimos índices de inflação (hiperinflação) combinados com arrocho salarial, aumento da dívida externa e crescimento pífio.

Neste período inúmeros planos econômicos foram lançados pelos governos com o intuito de conter a inflação. Dentre estes, tem-se o Plano Cruzado (ou Inflação Zero) do então presidente José Sarney. Este plano prejudicou essencialmente os assalariados, os produtores agrícolas e os pequenos e médios empresários, ou seja, principalmente as camadas médias. Existem dois fatores primordiais e inter-relacionados para tal prejuízo das camadas médias: a) o aumento dos tributos, impostos sobre o combustível, viagens aéreas e automóveis; e b) a proibição de aumento dos preços, o que fez com que o empresário, por exemplo, pagasse mais impostos sobre o produto, e não pudesse repassar ao consumidor. Com isso o salário de seus funcionários também não poderia ser aumentado, quando não havia a necessidade de reduzi-los.

Após o Plano Cruzado muitos outros planos econômicos foram lançados, com o mesmo objetivo: reduzir as taxas de inflação. Em meados da década de 90 foi implementado o Plano Real que previa que a desaceleração da inflação em longo prazo estaria associada a uma redução da produção de bens e serviços por certo período, até que os agentes econômicos adaptassem a nova realidade de formação de preços e reestruturassem suas expectativas quanto à economia. Esta redução temporária da

produção é denominada Taxa de Sacrifício (LUCAS, 1973). O custo social dessa política é a elevação da taxa de desemprego, sendo que paralelamente ocorre uma elevação das taxas de juros e um ajuste fiscal com o aumento dos impostos.

Desta maneira, algumas famílias pertencentes às camadas médias, que haviam passado sem muitos danos pelos planos econômicos anteriores, não conseguiram passar pelo Plano Real ilesas. Com o mercado estagnado muitas empresas tiveram que encerrar as suas atividades, como o que ocorreu com a construtora de Gabriel.

O que se vê ao longo destas duas décadas relatadas é que as camadas médias sempre foram as que mais sofreram com os planos econômicos. Afinal, de um lado havia os que tinham muito, mas que pagavam poucos impostos ou não pagavam por serem beneficiados por isenções, reduções em benefício do crescimento, desenvolvimento e estabilidade da economia. Do outro lado, encontravam-se os menos favorecidos financeiramente que também possuíam algumas isenções e reduções nas taxas de impostos em nome do social, ficando, então, a cargo das camadas médias pagarem os elevados impostos, taxas, contribuições, entre outros encargos.

Neste cenário econômico, pôde-se perceber mudanças nos modos de vida das famílias de camadas médias ou até mesmo a saída deste estrato social¹⁷. As famílias aqui pesquisadas buscaram um novo arranjo para poderem manter o padrão de vida que levavam. Com isso o trabalho e rendimentos das mulheres, que eram coadjuvantes na renda familiar, tornaram-se principais, o que ocasionou a inversão da posição de provedor no interior das famílias, uma vez que seus companheiros não mais possuíam rendimentos.

O trabalho das mulheres era avaliado até então como prazer e não um dever, na medida em que seus companheiros tinham condições de proporcionar um *ótimo padrão de vida*. Com isso Margarete e Aline exerciam suas atividades profissionais sem se

¹⁷ Estima-se que 7 milhões de pessoas deixaram de compor a camada média entre 1980 e 2000 e passaram a fazer parte das camadas populares (GUERRA & BARBOSA, 2006).

preocuparem em obter altos rendimentos, pela gratificação que lhes proporcionavam. Assim, foram se especializando em suas áreas com o intuito de desenvolverem melhor a sua profissão.

No entanto, a maneira com que cada família lidava com o trabalho destas mulheres diferia. A de Aline não considerava como um problema, pois esta continuava a exercer as atividades ligadas à casa, enquanto que a de Margarete avaliava como um empecilho ao desenvolvimento das atividades ligadas à maternagem e à vida doméstica.

Verifica-se aqui que o trabalho fora de casa está condicionado à manutenção da posição de dona de casa. Isto é, a mulher pode trabalhar fora contanto que não se abstenha da sua posição de cuidadora, seja da casa ou dos filhos. Mediante este corolário, as mulheres optam por reiterá-lo e com isso exercem uma dupla jornada de trabalho, ou desviam deste, sofrendo as cobranças exercidas pelo social.

Mesmo com todas estas dificuldades, Margarete e Aline continuaram trabalhando e se especializando no que faziam, o que possibilitou, quando foi necessário, que o trabalho destas passasse de complementar para fundamental. Elas aumentaram, assim, a sua carga de trabalho a fim de conseguirem sustentar a família e manter o padrão de vida ao qual estavam habituadas, sendo que esta alteração proporcionou mudanças diversas nos modos de vida de cada família, mesmo quando regidas pelas mesmas normas.

As práticas cotidianas de ambas as famílias são orquestradas por duas normas fundamentais: a da necessidade do homem trabalhar e a de o homem ser o provedor do lar. A partir destas normas, modos de vida foram se delineando em cada família, sendo que por meio dos efeitos produzidos por estas normas, as práticas, é que foi possível explicitá-las. Pois,

as normas podem ser explícitas; sem dúvida, quando funcionam como o princípio normalizador da prática social frequentemente permanecem implícitas, são difíceis de ler; os efeitos que produzem são a forma mais clara e dramática mediante a qual se pode discernir (BUTLER, 2006, p. 69).

A norma que prega a necessidade do homem trabalhar encontra-se fundamentada no modo de produção capitalista, o que torna possível estender a sua ação sobre os sujeitos, não se restringindo somente aos homens, porém, pode-se notar que é mais exigida destes. Esta prerrogativa tem suas bases alicerçadas no próprio processo de produção de masculinidades, o qual é regido por certa “ortopedia social” que visa disciplinar a conduta dos homens desde a infância para que possam ser considerados “homens”. “Neste contexto, para fazer-se ‘homem’ os meninos devem superar certas provas como se iniciar no trabalho, formar um lar, prover e ter filhos” (OLAVARRÍA, 2002, p. 54), para que possam ser reconhecidos como “homens” pelos outros sujeitos. Dentre estes mandatos tem-se o trabalho como um dos mais importantes, porque “trabalhar significa ser responsável, digno e capaz” (Ibid.), além de possibilitar o exercício de outros mandatos designados a eles, isto é, que constituam um lar e sejam provedores. O que torna o trabalho uma questão de honra para os homens, pois, em nossa sociedade, como apontado por Minayo (2005), a honra¹⁸ é uma categoria que depende do exercício de vários atributos masculinos: o de trabalhador, o de provedor e o de pai.

Tal norma pode ser visualizada nas práticas exercidas pelos homens destas famílias, que tentavam não (re)cair no ócio, buscando sempre alguma atividade profissional. Quando não obtinham sucesso, sentiam-se mal, além de serem cobrados por isto. Esta cobrança era exercida tanto pela família quanto por meio da marginalização que

¹⁸ O conceito de honra é aqui entendido como um direito ao orgulho de si mesmo (PITT-RIVERS, 1971).

sofriam da sociedade, sendo que esta última era sentida mais por Gabriel do que por Marcos. O fato de Gabriel ter sofrido mais exclusão da sociedade do que Marcos pode ser decorrente da tentativa que este último sempre empreendeu em não deixar explícito que não trabalhava, tentativa que, pelo menos para os não pertencentes à sua família, obteve êxito justamente por sua oscilação de empregos. Situação diferente da de Gabriel, uma vez que este ficou muito tempo sem emprego e sem trabalho, além de sua empresa ter falido, propiciando sua própria falência enquanto “homem”. Esta última falência é ocasionada pelo não reconhecimento social de sua posição de homem, já que fracassou no cumprimento do que é estabelecido para o exercício de tal posição, sendo, visto e se sentindo como irresponsável e incapaz, bem como, desonrado.

Nota-se que o controle social é exercido diariamente sobre os sujeitos por meio das práticas de marginalização social sofridas por Gabriel e no esforço de Marcos em demonstrar que está trabalhando. O controle social está vinculado às normas e ao seu cumprimento por meio não somente das instituições, mas também dos mecanismos grupais, das relações e práticas estabelecidas entre os sujeitos.

As tentativas em estar sempre fazendo algo se encontram, portanto, embasadas em duas regras: não (re)cair na ociosidade e obter rendimentos. A fuga de encontrar-se ocioso é decorrente dos próprios significados que a palavra denota, que segundo o Dicionário Michaelis são: não trabalha; desocupado; indolente; preguiçoso; inútil; improdutivo; desnecessário; supérfluo; vadio; preguiçoso. O que denota que quando o sujeito não se encontra trabalhando a sua existência não é útil para o social, ele não está contribuindo para a manutenção dos modos de produção, lógica essa que tem a sua origem nos primórdios da instalação do capitalismo.

O capitalismo no seu início não possuía mão-de-obra disciplinada suficiente para os seus propósitos de acumulação de capital, pois a mão de obra, até então, estava

acostumada a ela mesma exercer o controle do seu processo de trabalho (horário, ritmo, etc.) no exercício de um ofício. Assim, a necessidade de adequar esta força de trabalho ocasionou o uso de uma série de mecanismos não somente de ordem econômica (o assalariamento), mas também “repressivos, nomeadamente as leis contra a vadiagem” (BERNARDO, 2000, p. 68). Passou-se a controlar o corpo por meio do controle do espaço e do tempo.

Importava extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis, o que significava intensificar o uso do mínimo instante, como se o tempo, em seu próprio fracionamento, fosse inesgotável, ou como (...) se pudesse tender a um ponto ideal em que o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência (FOUCAULT, 2001, p. 131).

A disciplinarização exercida sobre o tempo dos sujeitos, utiliza como estratégia a ocupação do tempo do sujeito pelo trabalho. Esta estratégia parece ainda existir, mesmo perante as grandes alterações que vêm ocorrendo no cenário econômico e de produção, uma vez que Marcos e Gabriel são impelidos a todo o momento a realizarem algum tipo de trabalho. Quando isso não é possível sofrem conseqüências de ordem psíquica - depressão, baixa auto-estima, que podem levar a manifestação de doenças (como no caso de Gabriel) – e de ordem social – marginalização dos espaços sociais (como a que ocorreu com Gabriel), nomeações pejorativas (como a de preguiçoso que sucedeu com Marcos) e a cobrança da família por vê-los sem trabalho.

A necessidade de obter rendimentos por meio do trabalho está, também, intimamente relacionada à disciplinarização ocorrida no início do capitalismo, na qual o assalariamento era um mecanismo de controle da força de trabalho. Aliada a esta visão, que é herdeira dos séculos passados, tem-se a passagem da sociedade de produção para a

sociedade de consumo (ENGELMAN e FONSECA, 2004). Nesta nova organização do trabalho, tem-se o marketing como ferramenta e lócus de produção, sendo que este objetiva criar o desejo, a necessidade de determinados produtos nos sujeitos. O consumo que doravante era destinado a suprir necessidades básicas passa a ser voltado para o valor agregado à mercadoria, a sua marca. Com isso, “a idéia de que a individualidade pode forjar-se nas referências externas do consumo aparece como alternativa socialmente valorizada” (SEVERIANO e ESTRAMIANA, 2006, p.31).

A junção destas duas perspectivas faz com que os homens destas famílias busquem trabalhar e com isso obter rendimentos para poderem consumir, o que possibilita a inserção destes no espaço social na posição de “homens” honrados, além de permitir a contribuição financeira para a manutenção do padrão de vida e *status* social de suas famílias. Este padrão é possível a partir da aquisição de bens e serviços (carro, viagens, TV a cabo, manutenção dos filhos em escolas da rede privada, etc.), uma vez que o consumo propicia distinções sociais, assim, o estímulo para a aquisição de bens ultrapassa o caráter utilitarista ou econômico.

A norma que estabelece a obrigatoriedade do trabalho leva estes homens a atuarem performaticamente para a sua reiteração. Para que esta reiteração seja eficaz é necessário um cuidado de si por parte destes homens. Assim, eles voltam a si, numa atitude ética, para exercer o regulamento de suas ações a fim de agirem conforme tal norma. Este cuidado consigo é essencial para que as forças exercidas pela norma e seus mecanismos de poder/saber produzam estilos de vida.

A ênfase é dada, então, às formas das relações consigo, aos procedimentos e às técnicas pelas quais são elaboradas, aos exercícios pelos quais o próprio sujeito se dá como objeto a conhecer e às práticas

que permitem transformar seu próprio modo de ser (FOUCAULT, 1998, p. 30).

Com base neste cuidado de si Gabriel busca uma nova formação ao cursar a graduação de Direito, para que possa ampliar o seu leque de opções profissionais e Marcos esforça-se para demonstrar aos filhos que está trabalhando, empenhando-se sempre em realizar algo, não se permitindo descansar.

Como práticas cotidianas decorrentes desta norma que estabelece que o sujeito deva se ocupar exaustivamente do trabalho tem-se a priorização deste último em detrimento das relações familiares. Essas circunstâncias impeliram Gabriel, na época em que se encontrava trabalhando, a primar por suas atividades profissionais, não destinando tempo para usufruir com a família. Este fato também pode ser constatado com Marcos, que não possuía proximidade com os filhos por sempre ter que estar trabalhando, ou pelo menos demonstrando que estava. Como se por se dedicarem às relações íntimas paternas e conjugais estivessem falhando no cumprimento de seus deveres de homens trabalhadores.

A arguição explicitada acima suscita uma questão: Se as mulheres trabalhavam e mesmo assim mantinham relações próximas com os filhos, por que o mesmo não ocorria com estes homens? Para responder a este questionamento faz-se necessário reportar à posição que estas mulheres deveriam cumprir na família e na sociedade, ou seja, estas tinham o dever de cuidar dos filhos. Esta situação ficou clara quando optaram em trabalhar fora, na qual elas até poderiam exercer atividades profissionais contanto que não se eximissem das atividades maternas. Enquanto que para os homens era imposto que estes seriam os responsáveis pela manutenção financeira da família, tanto que Marcos ao se casar decidiu procurar um emprego que lhe possibilitasse tal posição, assim como Gabriel

e Margarete entendiam que ele deveria ser o responsável pelo provimento financeiro familiar e ela mera coadjuvante neste exercício.

Tais concepções são regidas pelo sistema sexo/gênero o qual preconiza que tanto o sexo quanto o gênero fazem parte da norma regulatória que “produz os corpos que governa” (BUTLER, 2002, p. 53). Com isso, há uma série de atributos que são destinados às mulheres e outros aos homens, produzindo corpos masculinos e femininos, fundados nos pares dicotômicos: masculino/feminino, homem/mulher, masculinidade/feminilidade. Estas divisões têm seu fundamento embasado historicamente na fisiologia humana, existindo “diferentes qualidades com as quais a natureza dotara o homem e a mulher, para que eles pudessem exercer na casa suas respectivas responsabilidades” (FOUCAULT, 2005b, p. 162). Desta maneira, a mulher por ser considerada mais “frágil” e ter a capacidade de gerar um filho, deve se ocupar do cuidado deste e ficar em casa, enquanto que o homem por ser avaliado como mais forte, tem a obrigação de prover as necessidades e sustentar sua mulher. Cria-se uma relação de complementaridade na qual se tem uma divisão dos encargos e dos comportamentos: “o homem tinha que fazer aquilo que a mulher não podia realizar, e ela, por sua vez, efetuava as tarefas que não eram do âmbito de seu marido” (Ibid, p. 161).

Tem-se, portanto, a delimitação de regras designadas aos homens e às mulheres, regras que produzem os corpos dos sujeitos. A força destas regras pode ser visualizada no questionamento que Margarete faz de seu corpo quando se coloca na posição de homem, *só que sem pinto*, por prover a família. A fixidez dos atributos de masculinidades e de feminilidades corrobora com as tentativas dos homens em não se aproximarem do âmbito feminino para serem reconhecidos como “homens”, fazendo com que se afastem das relações familiares, principalmente as paternas, de cuidado dos filhos, já que os homens pertencentes às famílias aqui analisadas mantinham uma relação mais próxima com suas

companheiras do que com seus filhos. O maior vínculo com a esposa está relacionado à heteronormatividade e às regulações dos atributos de masculinidade, na medida em que precisam exercer as suas atribuições de marido, sejam elas sexuais ou/e afetivas. Desta maneira, “as normas de gênero operam ao ordenar a corporificação de certos ideais de feminilidade e masculinidade, ideais que são quase sempre relacionados à idealização do vínculo heterossexual” (BUTLER, 2003b, p. 157).

Contudo, este conjunto de regras que compõem as normas regulatórias de gênero precisa ser reiterado e repetido a todo o momento, abrindo brechas para a subversão, para lapsos no processo. É possível perceber nas famílias analisadas que a divisão, explicitada acima, não sucede de forma rígida, esboçam-se práticas, em parte, mais igualitárias. A parcialidade da igualdade deve-se primordialmente por as mulheres ocuparem-se de lugares que eram destinados aos homens, como trabalhar fora, mas estas ainda possuem a obrigação de cuidar dos filhos e os homens conservam o dever de trabalhar e sustentar a família, mesmo que se dediquem aos afazeres domésticos como no caso de Gabriel. Como se pode verificar nestes casos, a subversão da norma se dá exatamente por meio de sua repetição, a qual possibilita a inserção de práticas não reconhecidas socialmente associadas às reconhecidas, produzindo-se novas subjetividades e práticas.

Delineiam-se aqui, os contornos da segunda norma, a qual estabelece que o homem deva exercer a posição de provedor do lar. Tal norma produz a atuação performática dos sujeitos, visando a sua reiteração e com isso acaba por “esconder ou dissimular as convenções de que é repetição” (BUTLER, 2002, p. 12). A repetição da norma propicia a naturalização das suas convenções, ou seja, torna-se natural ao homem caber a posição de provedor e à mulher a de cuidadora dos filhos e da casa, tornando atributos naturais de cada gênero.

A naturalização desta norma fez com que a família Santos diante da inversão das posições de provedor, não renomeasse seus componentes. Assim, Aline não era nomeada provedora, permitindo a reiteração desta norma. Por mais que Aline exercesse práticas que indicassem a sua posição de provedora, estas eram escamoteadas pela repetição da norma, o que possibilitava a ocupação desta posição pelo seu companheiro e a permanência deste em uma posição tida como masculina. Desta maneira, “esse nome continua exercendo uma pressão sobre um, que segue delimitando o espaço que um ocupa, construindo uma posição social (...) Um segue sendo constituído pelo discurso, porém à distância” (BUTLER, 1997, p. 61).

A renomeação, no entanto, foi possível na família Rodrigues, mas com o custo da destituição de Gabriel da posição de companheiro, passando a ocupar o lugar de filho nesta família. Pode-se inferir, então, que a família encontrou na troca de posições de Gabriel no conjunto familiar uma maneira de subverter tal norma. Assim, para que Margarete possa ser nomeada provedora, Gabriel não pode ocupar o lugar de companheiro ou de pai e sim o de filho, afinal esta última posição permite o sustento financeiro por outrem. Pois, caso contrário se permanecesse na posição de pai e companheiro não possuiria um reconhecimento social, na medida em que a matriz de inteligibilidade de gênero preconiza que ao ocupar a posição de pai e companheiro deva-se prover a família. Isto é, “as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero” (BUTLER, 2003a, p. 37).

Ambas as normas explicitadas acabam, também, por afastar os homens do lócus doméstico, na medida em que estes necessitam ocupar o seu tempo com o trabalho, assim como devam ocupar a posição de provedor, delegando à mulher a ocupação deste lugar. Fato que fica explícito nas práticas cotidianas da família Santos, nas quais Marcos, mesmo não trabalhando ou trabalhando menos que Aline, não exerce as atividades domésticas

nem as de cuidado dos filhos. A não ocupação por ele deste espaço deve-se à sua constante necessidade de estar disponibilizando o seu tempo ao trabalho e a não nomeação de sua companheira enquanto provedora, o que possibilita a manutenção desta na posição de dona de casa, não havendo a necessidade de Marcos ocupar tal lugar de modo a não se sentir desonrado. Permanecem, assim, atuando conforme a matriz inteligível de gênero que liga diretamente sexo ao gênero, masculinidade ao homem, feminilidade à mulher, a casa à mulher, o prover ao homem.

Percebe-se que a nomeação de provedor não permite adentrar nestes espaços tidos como femininos, já que o nome restringe e exclui outras possibilidades. Estabelece contornos entre o que é inteligível e o que não é. Efeitos desta nomeação podem ser verificados nas práticas de Gabriel, que ao se encontrar na posição de provedor e trabalhador possuía uma postura distante da casa e de seus componentes. Ao assumir a posição de filho admite os afazeres domésticos, bem como, passa a ter uma relação mais próxima com sua família. Há um jogo de tentativas de se adequar ao *status* de provedor, “por meio de todo um conjunto de signos e de marcas” (FOUCAULT, 2005b, p. 92) que dizem respeito às condutas e atitudes.

A posição de provedor denota uma hierarquia entre os sujeitos pertencentes às famílias, justamente porque quem ocupa tal posição exerce certa autoridade sobre os demais. O exercício desta autoridade perpassa por todos os membros que ocupam tal lugar sejam eles homens ou mulheres. Tanto Margarete quanto Aline, por se encontrarem provendo a família, atuam de maneira *autoritária* com seus companheiros, Marcos para manter a sua posição de provedor mantém-se *autoritário* com sua família e Gabriel nos momentos que obtém algum rendimento é *autoritário*, da mesma forma que era quando provia a família.

Tal postura *autoritária* faz com que haja o dever de satisfazer os desejos de quem a exerce, num ato de obediência (FOUCAULT, 1979). Como se por estar trabalhando e proporcionando um *bom padrão de vida* à família, esta devesse acatar o que é solicitado ou imposto por quem provê, tendo um caráter de dominação. Este corolário faz com que nestas famílias não somente os homens, mas as mulheres também realizem atos de autoridade, já que estas provêm, o que corrobora para a desnaturalização desta norma.

A desnaturalização da norma advém justamente do exercício destas mulheres de atributos e posições que são considerados masculinos. Em outras palavras, elas encontram linhas de fuga à norma ao atuarem performaticamente segundo estas. Margarete e Aline ao repetirem a norma de serem cuidadoras adicionam, devido à necessidade, uma norma ininteligível até então, a de serem provedoras, o que proporcionou a emergência de novos modos de vida, de novas subjetividades nestas famílias.

A subversão à norma, no entanto, não ocorre de maneira serena, existe um cenário no qual lutas são travadas, no qual de um lado tem-se a matriz inteligível social de gênero e de outro, novas formas de subjetividade e práticas cotidianas, que por vezes não correspondem ao ideal regulatório. Cria-se um campo de agonismo, no qual os homens sentem-se mal por não estarem exercendo a sua posição de provedores e as mulheres sofrem por terem que prover, e ainda, os filhos sentem-se aflitos por verem seus pais nesta situação. Assim,

Deve-se, antes de mais nada, pensar numa crise do sujeito, ou melhor, da subjetivação: numa dificuldade na maneira pela qual o indivíduo pode se constituir enquanto sujeito moral de suas condutas, e nos esforços para encontrar na aplicação a si o que pode permitir-lhe sujeitar-se a regras e finalizar a sua existência (FOUCAULT, 2005b, p. 101).

É justamente este cuidado de si, que é ético, que faz com que emergja uma diversidade de subjetividades, de diferentes modos de se relacionar no mundo. Por mais que houvesse as mesmas normas estabelecendo regras de conduta, percebe-se que as práticas cotidianas de cada família eram diferentes. O importante então não é somente questionar o que, mas sim como o indivíduo se constitui como sujeito, o que permite aceitar a ética como criação de e a partir da liberdade, além de considerar o sujeito como obra de si mesmo, como uma obra de arte (FOUCAULT, 1998). Tal liberdade é decorrente da maneira como o indivíduo se porta diante da norma, ou seja, a partir do cuidado consigo maneiras diversas de seguir ou não a norma afloram, havendo uma potência de transformação e de criação.

Esta potência de transformação e de criação é denominada por Foucault (1998) como prazer, é força do encontro de um corpo com as coisas, com outros corpos, idéias, etc. Tem-se, assim, o “corpo-carne” que é o capturado pelos mecanismos de poder e o “corpo-prazer” que é lócus de resistência da vida, é a “estratégia circunstancial entre o corpo e os elementos que o envolvem” (FOUCAULT, 1998, p. 98-99). Com isso o poder possui um caráter positivo, pois a partir da ação de uns sobre outros há a potencialidade da resistência, abrem-se brechas para múltiplos modos de existir, produzem-se sujeitos, discursos, saberes e subjetividades. Decorre daí a diferença entre subjetivação e assujeitamento, exatamente da possibilidade de resistência/criação que o primeiro possui.

Mas resistir não é deter-se no em si como origem da subjetividade por ele não ser o agente da criação e sim efeito dela. É percorrer por outros modos de subjetivação nos quais o discurso que delineia a verdade do sujeito não penetra. É lançar-se a subverter a linha do reconhecimento de si, deixando-se afetar por forças exteriores a este reconhecimento, que é efeito do assujeitamento (FOUCAULT, 1999).

A partir destes pressupostos pode-se inferir que as famílias Santos e Rodrigues buscaram nos modos de relação entre seus integrantes - modos que ora eram permeados pelo amor ora pela raiva - novas maneiras de se subjetivarem frente à subversão das normas que prevêm que o homem deva trabalhar e prover o sustento financeiro da casa. Exatamente pela arte do encontro foi potencializada a emergência de novas subjetividades.

Esta situação remete, em uma perspectiva espinoziana, à capacidade que um corpo tem de afetar e ser afetado, de aumentar ou diminuir sua potência de agir (DELEUZE, 2002).

Quando encontramos um corpo exterior que não convém ao nosso, tudo ocorre como se a potência deste corpo se ocupasse à nossa, operando uma subtração, dizemos neste caso que a nossa potência de agir é diminuída ou impedida, mas ao contrário quando encontramos um corpo que convém à nossa natureza e cuja relação se compõe à nossa diríamos que sua potência se adiciona à nossa: as paixões que nos afetam são de alegria e nossa potência de agir é ampliada e favorecida (DELEUZE, 2002, p. 34).

Vê-se, portanto, nestas famílias que nos momentos em que a mulher e os filhos sentem e expressam o afeto da raiva, por verem o homem não cumprindo com suas obrigações, cria-se um ambiente conflituoso que diminui a potência de ação de seus membros e principalmente dos homens, pois são afetados pelo sentimento de tristeza. A diminuição da potência faz com estes homens sofram e sintam-se envergonhados, e até mesmo desonrados, situação que levou Gabriel à depressão e Marcos a negar a sua atual posição. Enquanto que nos momentos em que o afeto que impera é o do amor, propicia que estes homens, assim como suas companheiras, sintam-se apoiados e,

conseqüentemente, têm a potência de ação aumentada, possibilitando que se amem e continuem a agir no mundo.

Por mais que existam afetos, decorrentes das normas regulatórias de gênero, que diminuam a ação destes sujeitos, existe também, na mesma medida, a capacidade de agir, como num esforço para afastar a tristeza, isto é, “quanto maior é a tristeza tanto maior é a capacidade de agir do homem”¹⁹ (SPINOZA, 1979, p.199). Esta capacidade de ação ganha forças por meio do apoio mútuo e do amor que permeiam as relações familiares, afetando seus integrantes e potencializando as suas ações.

A potencialização possibilita a transformação dos sujeitos de modo a estilizar a sua existência na presença do outro. A amizade, para Foucault (2005b), seria justamente a base relacional dessa constante recriação de si, pois “a amizade supera a tensão existente entre o indivíduo e a sociedade mediante a criação de um espaço intersticial (uma subjetivação coletiva), passível de considerar tanto necessidades individuais quanto objetivos coletivos e de sublinhar sua interação” (ORTEGA, 2000, p. 91). Ademais, a amizade possui um caráter agonístico, por não possibilitar uma unanimidade consensual nem a violência direta, ela está direcionada para o desafio e para a afetação recíproca e não para a submissão ao outro.

A amizade, neste sentido, permite o aumento da potência de ação dos indivíduos ao ser permeada pelos afetos de alegria e amor. Estes afetos emergem do encontro de corpos singulares sem haver a negação das diferenças envolvidas na relação, enriquecendo as tensões e o potencial criativo dos indivíduos. Inversamente ao que ocorre quando não há a amizade e sim a prevalência de relações pautadas na submissão, na valorização dos desejos

¹⁹ A este respeito Spinoza (1979) pontua que “a tristeza diminui ou reduz a capacidade de agir do homem, isto é, o esforço pelo qual o homem tende a preservar no seu ser; e, por conseqüência, é contrária a esse esforço; e tudo o que se esforça por fazer o homem afetado de tristeza é afastar a tristeza (...) isto é, tanto maior é o desejo e o apetite com que se esforçara por afastar a tristeza” (Ibid, p. 199).

de uns em detrimento dos desejos de outros. Os afetos que surgem, nestes vínculos são o da raiva e da tristeza, reduzindo a potência de ação dos sujeitos e, desse modo, a possibilidade de tornar a sua existência uma obra de arte.

Nos momentos em que as famílias despiam-se de seus vínculos institucionalizados, os quais determinavam as posições e atributos que cada sujeito deveria exercer, gerando relações assimétricas e subordinações, e possuíam relações mais livres, de respeito às singularidades de cada sujeito e de seu modo de se relacionar com o mundo, tornava-se possível a emergência e a existência de modos diversos de se relacionar com o mundo, respeitando as necessidades individuais e coletivas que portavam. A amizade entre os indivíduos e o afeto de amor engendrado em tal relação, impulsionou-os a recriar suas vidas apesar das dificuldades encontradas ao longo de suas existências. Então, pode-se inferir que o amor, assim como descrito por Nietzsche (1986 e 2005) e Spinoza (1979), sempre se consoma além do bem e do mal, por não possuir um caráter moral e sim ético. O que importa são os bons ou maus encontros, os aumentos ou diminuições de potência, mais do que os códigos morais.

6. A EMERGÊNCIA DE SUBJETIVIDADES E MASCULINIDADES

Nós nos acercamos do lago e afastamos os juncos para avistarmos mais fundo, através dos reflexos, através dos rostos, através das vozes desde a tona ao leito. E ali, embaixo do homem que esteve na feira; e da moça que se afogou e do menino que avistou a carpa; e da voz que gemeu ai, de mim! Havia sempre alguém mais, sempre mais um rosto, outra voz
(Virginia Woolf, 1992, p. 223).

Há todo um conjunto de técnicas que visam regular e disciplinarizar os indivíduos para que estes reiterem as normas e morais de gênero, e assim possam ser reconhecidos como sujeitos. Esta regulação fez com que os sujeitos travassem lutas cotidianas entre o que é esperado socialmente e a impossibilidade de exercerem tais mandatos em suas vidas, sendo que, por meio deste jogo agonístico, emergiram resistências e modos de vida e masculinidades diversas.

A produção de masculinidades é orquestrada por mecanismos e procedimentos, estratégias e táticas de poder que atuam na criação de práticas qualificadas como verdadeiras e na desqualificação de outras, tidas como falsas. A eficácia deste processo de normalização se dá pela atuação da família como instituição reguladora. O controle perpassa pelo social e penetra na intimidade dos vínculos familiares, a fim de propiciar a reiteração das normas. A família age como uma espécie de *panopticon*²⁰, levando seus membros a se autogovernarem e a realizarem um contínuo cuidado sobre si, para que possam ser reconhecidos pelos outros. Tal processo é viabilizado pela própria regulação

²⁰ Segundo Foucault (2001) o [Panóptico](#) pode ser aplicável a muitos domínios diferentes, não se restringindo somente apenas à prisão. O Panóptico configura-se como um princípio geral de construção, um dispositivo polivalente de vigilância, uma máquina óptica universal das concentrações humanas. Uma vez que “é polivalente em todas as suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos” (FOUCAULT, 2001, p. 170).

pormenorizada do contrato de casamento e dos seus efeitos, há prescrições legais, políticas e sociais sobre as formas de relacionamento e as posições que cada indivíduo deva exercer.

A existência de tais prescrições está condicionada à sua contínua repetição e reiteração, os sujeitos são impelidos paulatinamente a exercerem condutas condizentes com estas, como por exemplo, os homens terem que constantemente se dedicarem ao trabalho para que, assim, possam ser considerados e percebidos na posição de “homens”. É importante salientar que este processo de repetição acaba por naturalizar as normas regulatórias de gênero, como se estas fizessem parte da “essência” dos sujeitos. Perspectiva que vai ao encontro do que Butler (2003a) apregoa acerca do gênero, ao afirmar que este

é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura regulatória altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2003a, p. 59).

Desse modo, os homens e as mulheres se vêem constantemente atuando performaticamente segundo estas normas, repetindo-as e transmitindo-as de geração a geração. São impostos determinados atributos e posições para que os sujeitos sejam considerados homens ou mulheres. Estes mandatos prescrevem que para serem homens é necessário trabalhar, prover a família e possuir uma posição de autoridade, e para serem mulheres é preciso ser sensível, dona de casa e cuidadora dos filhos. Situação que pôde ser constatada nos momentos em que os sujeitos exerciam posições que historicamente são destinadas ao outro gênero, como no caso de Margarete que ao ocupar a posição de provedora incorpora o atributo da autoridade passando a ser reconhecida enquanto

homem, e ainda nas situações em que os homens destas famílias empreendiam no sentido de não se aproximarem de posições tidas como femininas e de tentarem exercer as reconhecidas como masculinas.

Estas circunstâncias os levaram ao questionamento de seus corpos e à elaboração de estratégias para continuarem dentro da matriz inteligível de gênero. Ou seja, a família Rodrigues nomeou Gabriel de filho e a Santos permaneceu nomeando seus integrantes segundo as posições estabelecidas anteriormente para cada um deles. Estas nomeações delimitam formas de agir no mundo, enquanto que os adjetivos designados a cada nome definem o modo de ação, sendo que a ação da nomeação, bem como de seus modos de ação produzem sujeitos e suas posições. Foucault (1999a, p. 112) define “os nomes como formas, os adjetivos como cores e o verbo (ser) como a própria tela onde elas aparecem”. Assim, se Gabriel recebe o nome de filho e porta-se como tal, ele pode ser sustentado pela sua companheira e Aline, ao não receber o nome de provedora, pode ser dona de casa e Marcos trabalhador. A força do nome decorre de sua historicidade por “funcionar em parte através de uma memória codificada ou de um trauma, uma memória que vive na linguagem e que a linguagem transmite” (BUTLER, 1997, p. 65).

Nota-se, portanto, que por mais que haja subversões às normas a partir do exercício de atributos ininteligíveis de gênero, numa lógica que poderia ser considerada mais igualitária, os sujeitos acabam por reiterá-las por meio de procedimentos que visam viabilizar suas existências, permanecendo as iniquidades. Estas empreitadas alicerçam a percepção de que os gêneros masculinos e femininos não sejam “naturais”, justamente por haver a necessidade de sua negociação e reivindicação a cada “ato de fala” (BUTLER, 2003a).

A repetição da norma acaba por demonstrar a sua volaticidade, bem como a posição de vulnerabilidade em que os sujeitos se encontram, o que os impele a todo o

momento a atuarem performaticamente. Contudo, pôde-se perceber a existência de uma cobrança da família, que é a representante do Estado, e do social maior para com os homens, afinal suas companheiras sempre puderam trabalhar, contanto que estes também o fizessem, além de terem que, ao menos, colaborar com as despesas do lar. Ao se verem impossibilitados de cumprirem com suas obrigações de “homens”, sentem-se envergonhados e desonrados por terem fracassado e ainda terem que depender de suas esposas, como se não fossem “homens de verdade”. O que permite inferir, que existam possibilidades das mulheres exercerem posições masculinas, desde que não se abstenham do exercício das femininas, e de que os homens devam exercer primordialmente as masculinas, por mais que, como no caso de Gabriel que se tornou “dono de casa”, exerçam as femininas. Importante lembrar que o fato dele ter adentrado em uma posição feminina foi viável justamente pela nomeação que recebeu de filho, pois se for considerado somente a impossibilidade das famílias em terem uma empregada doméstica o mesmo ocorreria com Marcos.

O sofrimento vivenciado pelas organizações familiares nesta situação pôde ser percebido também no silêncio proferido por estas, e, principalmente, pelos homens, ao reagirem com esquiva diante da possibilidade de serem sujeitos desta pesquisa. Silenciar-se, para estes homens, pode ser uma maneira de não entrar em contato com a dor, ou ainda, não expô-la a uma estranha, no caso a pesquisadora. A exposição desta dor, segundo os participantes deste estudo, causa vergonha, vergonha por sentirem dor, mostrarem sua fragilidade, por falharem, fracassarem no cumprimento do almejado ideal masculino. Pode-se supor, então, que o silêncio também produz subjetividades, na medida em que preserva a condição de um homem, pai trabalhador. Ao se calar, o sujeito reafirma a sua identificação enquanto trabalhador, não possibilitando outras.

Diante destas circunstâncias, percebe-se que por mais que haja deslizamentos dos sujeitos entre as posições de gênero masculinas e femininas, estes almejam retornar e fixar-se em uma destas, desejam ser submetidos à submissão às normas, para que assim, possam ser reconhecidos pelos outros como homens e mulheres, por mais que, às vezes, as questionassem e tentassem não reiterá-las. Há, portanto, uma flexibilidade ilusória nestes processos de assujeitamento, justamente pela exigência de conformidade com a norma.

As práticas discursivas destas famílias não são atravessadas somente pelo enunciado do profer, mas também pelo do trabalho. Ambos enunciados propiciaram a produção de práticas cotidianas e masculinidades nestas famílias calcadas nas normas de gênero que determinam que o homem para ser considerado “homem” deva trabalhar e sustentar a família. Sendo que a partir do momento que as mulheres exercem tais mandatos estas passam a ser consideradas como “homens” e os homens sentem-se desonrados por não os realizarem, como se fossem destituídos de suas posições de “homens da casa”, já que estas são exercidas por suas companheiras.

Então, partindo do pressuposto de que as relações conjugais devam ser heterossexuais e de complementaridade, ou seja, que os homens devam se relacionar com mulheres, será que, além dos sentimentos de vergonha e desonra gerados pelo fracasso, estes homens não se sentiam desonrados em se relacionarem conjugalmente com outros “homens”? Suas esposas são reconhecidas exercendo atributos masculinos e eles poderiam ser reconhecidos como “mulheres”, uma vez que o casamento se dá entre estes dois sexos distintos, por meio de uma lógica cartesiana que embasa e produz tais bipolaridades.

Contudo, a manutenção do casamento diante destas situações foi possível pelos vínculos de amizade que permeavam o relacionamento institucionalizado, de modo a viabilizarem bons encontros entre seus corpos. Estes eram afetados pelo amor que proporcionava uma relação de apoio mútuo, potencializando o aumento de suas potências

de agir e, conseqüentemente, a (re)criação de modos de existência. A auto-elaboração individual passou a conviver com a dimensão coletiva.

Mediante este cenário, pode-se afirmar que a possibilidade performática discursiva da repetição abriu espaços para re-significações, abriu espaços para resistências, para subversões à norma. Ou seja, nestas famílias em que o prover não está mais fixo ao homem, a repetição de tal enunciado produziu novas formas de sujeição, de sentir, de modelos para pensar e amar. Novas possibilidades de masculinidades foram experienciadas. Quem sabe ao se lançar mão do próprio mecanismo de normalização, ou seja, ao repetir e reiterar estas novas possibilidades os vínculos entre os sujeitos sejam permeados pelo exercício de posições mais equânimes, assim como o é nas relações de amizade.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de Si. Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.

_____. Gênero, Masculinidade e Poder: Revendo um caso do sul de Portugal. *Anuário Antropológico/95*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.161-189. 1996.

ALMEIDA, Nemésio Dario V. de. *A identidade masculina e o movimento de emancipação da mulher*. Porto Alegre: PUC-RS, 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARROS, Fernanda Otoni de. *Do direito ao pai: sobre a paternidade no ordenamento jurídico*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

BASTOS, Jane G. S. *Transgressão e adolescência feminina: estudo psicanalítico em torno de cinco casos de adolescentes institucionalizadas*. São Paulo: PUC-SP, 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BERNARDO, João. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

BRITO, Maria N. C. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, Vol. 09, n. 02, p. 291-298. 2001.

BRITO, Antônio José R. de. *Um estudo psicossocial da ação sindical a partir do paradigma de Hannah Arendt: dimensões da esfera privada no espaço público*. São Paulo:

PUC-SP, 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. *Mulher, Casa e Família: cotidiano nas camadas médias Paulistas*. 1. ed. São Paulo: Vértice/Fundação Carlos Chagas, 1990.

BUTLER, Judith. *Lenguaje, poder e identidad*. Madrid: Sintesis, 1997.

_____. Fundamentos Contingentes: O feminismo e a questão do pós-modernismo. *Cadernos PAGU*, n.11, p. 11-42. 1998.

_____. *Mecanismos psíquicos del poder. Teorías sobre la sujeción*. València, Espanha: Ediciones Cátedra, 2001.

_____. *Cuerpos que Importan: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Barcelona: Paidós, 2002.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

_____. Critically Queer. In: STRIFE, Janet (org.), *Performance Studies*. New York, Palgrave, 2003b. p. 152-177.

_____. *Deshacer el Género*. Barcelona: Paidós, 2006.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Banco de Teses*. Brasília. Disponível em <http://www.capes.gov.br/>. Acessado em 05 de maio de 2005.

CARVALHO, Maria Giovani F. de. *A telenovela fazendo o gênero: interação e elaboração de adolescentes frente às cenas de dilema moral*. Brasília: UNB, 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONNELL, Robert W. Políticas da Masculinidade. *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n.2, p.185-206, jul/dez. 1995.

_____. La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, Teresa y OLAVARRÍA, José (org). *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Ediciones de las Mujeres n.24. Santiago, Chile: Isis Internacional/FLACSO, 1997. p. 31-48.

DA MATTA, Roberto. O Ofício de etnólogo ou como ter ‘Anthropological blues’. *Publicações do PPG Antropologia Social do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 1974.

DE LAURETIS, Teresa. Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness, *Feminist Studies*, Maryland, v. 16, n.1 (Spring), p. 115-150. 1990.

_____. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

_____. *Diferencias. Etapas de un camino a través del feminismo*. Madrid: Horas y Horas, 2000.

DELEUZE, Gilles. *Filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.

_____. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1998.

DERRIDA Jacques. *Limited Inc*. São Paulo: Papyrus, 1991.

DÍAZ, Ximena; MENDEL, Julia. Familia y trabajo: distribución del tiempo y relaciones de gênero. In: OLAVARRÍA, José; CÉSPEDES, Catalina (eds). *Trabajo y familia: ¿Conciliación? Perspectivas de gênero*. Santiago, Chile: SERNAM/FLACSO-Chile/CEM, 2002. p. 33-52.

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DURKHEIM, Emile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, José A. (org.). *Emile Durkheim - Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo, Ática, 1981. p. 183-203.

ENGLEMAN, Selda; FONSECA, Tânia M. Galli. O que pode o corpo do trabalhador? In: ENGLEMAN, Selda; FONSECA, Tânia M. Galli. (orgs.). *Corpo, arte e clínica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 49-64.

FARIA, Nalu. *Sexualidade e Gênero: uma abordagem feminista*. São Paulo: SOF, 1998.

FARIAS, Durval L. de. *O pai possível - um estudo dos conflitos da paternidade em um grupo de homens*. São Paulo: PUC-SP, 2001. Tese (doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p. 197-223. 2001

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. O sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a. p. 231-249.

_____. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert, *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b. p. 253-253.

_____. *A Verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.

_____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. *As palavras e As Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Fontes, 1999a.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999b.

- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- _____. Verdade, Poder e Si Mesmo. In: *Ditos e Escritos. Vol. V.- Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a. p. 294-300.
- _____. Uma Estética da Existência. In: *Ditos e Escritos. Vol. V.- Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002b. p. 288-293.
- _____. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005a.
- _____. *História da Sexualidade III: O Cuidado de Si*. Rio de Janeiro: Graal, 2005b.
- FREITAS, Marta Helena de. *Crença religiosa e personalidade em estudantes de psicologia – um estudo por meio do questionário PRATT e do método de Rorschach*. Brasília: UNB, 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) da Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- FULLER, Norma. *Masculinidades; cambios y permanencias*. Lima- Peru: Fondo Editorial Pontificia Universidad Católica del Peru, 2001.
- GOLDENBERG, Mirian. O macho em crise: Um tema de debate dentro e fora da academia. In: GOLDENBERG, Mirian (org.). *Os novos desejos: das academias às agências de encontros*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-39.
- GUERRA, Alexandre; BARBOSA, Alexandre. *Classe média: desenvolvimento e crise*. São Paulo: Cortez, 2006.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa mensal de emprego*. Brasília, agosto de 2006. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acessado em 20 de janeiro de 2007.
- HARAWAY, Donna. Um Manifesto para o *Cyborgs*: Ciência, Tecnologia e Feminismo socialista na década de 80. *Tendências e Impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HEILBORN, Maria Luiza. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. In: VIEIRA, Elisabeth Meloni. et. al. (eds.), *Seminário Gravidez na Adolescência, Projeto de estudos da Mulher, Associação Saúde da Família*. Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família. 1998. p. 23-32.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 4, n. 7, p. 5-27. 1998.

HOPPE, Martha M. W. *Redes de apoio social e afetivo de crianças expostas à situação de risco*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

KEIJZER, Benno de. Paternidades y transición de género. In: FULLER, Norma. *Paternidades en America Latina*. Lima/Peru: Fondo editorial Pontificia universidad católica del Peru, 2000. p. 215-240.

KIMMEL, Michael S. El desarrollo (de género) del subdesarrollo (de género): la producción simultánea de masculinidades hegemónicas y dependientes en Europa y Estados Unidos. In: *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 1998. p. 207-217.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antônio. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCAS, Robert E. Some International Evidence on Output-Inflation Trade-offs. *American Economic Review*, n. 63, jun. p. 326-34. 1973.

MACEDO, Lucinda Maria da R. *Desemprego e suas relações de identidade*. São Paulo: PUC-SP, 1992. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

MACHADO, Carlos B. Fo. *Masculinidade: representações sociais e práticas afetivas*. Vitória: UFES, 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.

MARQUES, Walter E. U. *Infâncias (pré)ocupadas: trabalho infantil, família e identidade*. Brasília: UNB, 2000. Tese (Doutorado em Psicologia) da Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

MENDONÇA, Maria Cristina V. D. *Pedagogia da violência: as relações de poder entre mãe e filha*. Porto Alegre: PUC-RS, 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de S. Laços perigosos entre machismo e violência. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 1, n. 10, p. 23-26. 2005.

NASCIMENTO, Rubens F. do. *Pobre pai: a construção da identidade em homens pais pobres urbanos*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Assim Falava Zaratustra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. *Além do Bem e do Mal*. São Paulo: Rideel, 2005.

NOLASCO, Sócrates. *Um homem de verdade: homens*. São Paulo: Senac, 1997.

OLAVARRÍA, José. Homebres: identidades, relaciones de género y conflictos entre trabajo y familia. In: OLAVARRÍA, José; CÉSPEDES, Catalina (eds). *Trabajo y familia: ¿Conciliación? Perspectivas de género*. Santiago, Chile: SERNAM/FLACSO-Chile/CEM, 2002. p. 53-76.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. Discursos sobre a masculinidade. *Revista de Estudos Feministas*, v. 6, n. 1, p. 91-112. 1998.

ORTEGA, Francisco. *Para uma política da amizade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

PEREIRA, Liana de A. E. *Relação família e trabalho na era da globalização*. Fortaleza: UNIFOR, 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2003.

PIMENTEL, Fernando Hugo P. *A experiência do desemprego masculino: uma visão fenomenológica*. Fortaleza: UNIFOR, 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2002.

PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In PERISTIANY, J. G. *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

POSADA, José Dario S. C. *Briga de homens cheira a defunto: histórias de vida e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Código Civil Brasileiro: lei do divórcio*. Brasília, 1977. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/>. Acessado em 23 de fevereiro de 2007.

_____. *Código Civil Brasileiro: lei de pensão alimentícia*. Brasília, 1968. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/>. Acessado em 23 de fevereiro de 2007.

_____. *Código Civil Brasileiro*. Brasília, 2003. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/>. Acessado em 23 de fevereiro de 2007.

_____. *Constituição de 1916*. Brasília, 1916. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/>. Acessado em 23 de fevereiro de 2007.

_____. *Constituição de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/>. Acessado em 23 de fevereiro de 2007.

RAMOS, Marcelo S. Um olhar sobre o masculino: Reflexões sobre os papéis e representações sociais do homem na atualidade. In: GOLDENBERG, Mirian (org.). *Os novos desejos: das academias às agências de encontros*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 41-59.

RIBEIRO, Aldry S. M. *Macho, adulto, branco, sempre no comando*. Brasília: UNB, 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

RIBEIRO, Simone M. *Reinventando o cotidiano: relações de gênero e organização familiar em classe popular*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

RIFKIN, Jeremy. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2001.

RODRIGUES, Nilton Francisco S. de M. *Atribuição de causalidade ao desemprego*. Rio de Janeiro: UGF, 1998. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998.

SARAIVA, Eduardo S. *Paternidade e masculinidade: tradição, herança e reinvenção*. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

SANDRI, Gianini. *Gênero e saúde mental: uma análise dos sentidos conferidos ao sofrimento psíquico por usuários e psicólogos de um serviço de saúde*. Florianópolis: UFSC, 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SCIELO. Scientific Electronic Library Online. *Banco de Dados de Periódicos*. Disponível em <http://www.scielo.br/>. Acessado em 19 de julho de 2005

SEVERIANO, Maria de Fátima V.; ESTRAMIANA, José Luís A. *Consumo, Narcisismo e Identidades Contemporâneas: uma análise psicossocial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

SOARES, Ana Cristina N. *Mulheres chefe de família: narrativa e percurso ideológico*. Ribeirão Preto: USP, 2001. Tese (Doutorado em Psicologia) da Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2001.

SPINOZA, Benedictus de. *Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político; Correspondência*. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

STINGEL, Ana Maria. *A construção do papel paterno*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1991. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

SZYMANSKI, Heloísa. Entrevista Reflexiva: um olhar psicológico para a entrevista em pesquisa. *Psicologia da Educação – Revista do Programa de Estudos Pós-graduados PUC-SP*. São Paulo: EDUC, v.10, n.11, p.193-215. 2000.

TAMASO, Claudia Maria. *Estudos de casos de adolescentes em conflito com a lei*. Campinas: PUC-Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2003.

TOLEDO, Maria Thereza. *A diferença sexual na psicanálise: entre o destino e a construção*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

UBACH, Teresa Cabruja i. Las instituciones sociales. Reproducción e innovación en el orden social. Resistencias y cambio social. In: SIXTO, Félix Vazquez (Ed.). *Psicología del comportamiento colectivo*. Barcelona: Editorial UOC, 2003. p. 135-188.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. da UNB, 1982.

VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência: uma crítica à patologia social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981a.

_____. *Individualismo e cultura – Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b.

VERCELLONE, Carlo. *Sommes-nous sortis du capitalisme industriel?* Paris: La Dispute, 2003.

WELZER-LANG, Daniel. A Construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 2, p.460-482. 2001.

WOOLF, Virgínia. A fascinação do lago. In: *Objetos sólidos*. São Paulo: Siciliano, 1992. p. 222-223.

8. ANEXOS

Anexo 1 - Pesquisa no banco de dados da CAPES²¹.

Palavras-chave: paternidade e prover

Total: 27

Sendo:

Quantidade	Área	Abordagem	Estado	Ano	Teses	Dissertações
10	Direito				01	09
05	Biologia				01	04
04	Psicologia	Sociologia do Conhecimento- (2)Psicanálise-Não informou	RJ MG (2)SP	91-99- 2001- 2003		04
03	Veterinária					03
02	Saúde Pública				01	01
01	Pediatria					01
01	Educação Física				01	
01	Agronomia					01

As produções científicas na área da Psicologia apresentam as seguintes características:

- Uma dissertação discute a construção do papel paterno e a sua importância universal em termos humanos. O referencial teórico principal é a sociologia do conhecimento de Berger & Luckman, porém para a discussão são utilizados outros referenciais como a sociologia, antropologia e a psicanálise. O material obtido foi discutido a partir das categorias:

²¹ Pesquisa realizada no dia 05 de maio de 2005 no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

provedor, desejo de um filho, autoridade e lei social, liberdade e identificação, protetor, figura de apego, o vínculo de sangue, parto, gravidez e primeiros cuidados. Esta dissertação foi publicada no ano de 1991, no estado do Rio de Janeiro (STINGEL, 1991).

- Uma dissertação analisa o percurso histórico do conceito de paternidade dentro do Ordenamento Jurídico e seus prováveis efeitos na organização familiar. Para atingir tal objetivo a autora realizou uma pesquisa bibliográfica nas teorias sobre o Ordenamento Jurídico, nos documentos legislativos e na teoria psicanalítica, que é o referencial teórico desta produção. Além, do estudo de três casos de famílias que sofreram a intervenção jurídica no que dizia respeito a filiação e estabelecimento da paternidade. Esta dissertação foi publicada em 1999, no estado de Minas Gerais (BARROS, 1999).
- Uma dissertação investigou os elementos psíquicos atuantes na transgressão de adolescentes do sexo feminino. O método utilizado foi a entrevista psicológica com cinco adolescentes infratoras. O referencial teórico utilizado foi a Psicanálise. Esta pesquisa foi publicada no ano de 2001, no estado de São Paulo (BASTOS, 2001).
- Uma dissertação é um estudo de casos de adolescentes em conflito com a lei. Para realizar esta pesquisa a autora realizou entrevistas semi-dirigidas e a prova de Rorschach com quatro adolescentes, além da utilização de documentos de ações judiciais referentes a estes adolescentes. Esta produção foi publicada no ano de 2003, no estado de São Paulo (TAMASO, 2003).

Palavras-chave: Masculinidade e prover o sustento

Total: 2

Sendo:

Das duas produções encontradas, uma também constou, quando colocadas as palavras chaves, do quadro anterior referente à área da Saúde Pública. A outra é uma tese

de doutorado da Psicologia, do Distrito Federal, publicada em 2002, tendo utilizado as abordagens PCL História e epistemologia da Psicologia Clínica. Esta tese traça uma relação entre crenças religiosas e personalidade em estudantes de psicologia, verificando o quanto os conteúdos estudados por estes abalam e fazem estes jovens ressignificarem suas crenças religiosas (FREITAS, 2002).

Palavras-chave: Construção da masculinidade

Total: 17

Sendo:

Quantidade	Área	Abordagem	Estado	Ano	Teses	Dissertações
06	Psicologia	Histórico-cultural – Psicossocial do conhecimento – Sócio-cultural/psicanálise – Teorias e Práticas Psicossociais e Culturais Críticas – Psicossociologia de Comunidade/Ecologia Social - Representação Social	(2)DF MG RS RJ ES	1999 (2)2000 (2)2002 2003		6
03	Linguística					3
02	História					2
01	Antropologia					1
01	Literatura					1
01	Educação					1
01	Letras					1
01	Demografia				1	
01	Saúde Pública/					1

As produções científicas na área da Psicologia apresentam as seguintes características:

- Uma dissertação teve como objetivo verificar a interação e elaboração de sujeitos adolescentes, de ambos os sexos, frente a dilemas morais apresentados em três cenas de

uma telenovela brasileira. A autora utilizou como método o grupo focal, num total de 12 grupos. O referencial teórico é histórico-cultural. Foi publicada em 1999, no Distrito Federal (CARVALHO, 1999).

- Uma dissertação buscou a compreender as transformações que estão ocorrendo na construção da masculinidade. Participaram deste estudo 289 adolescentes com idades entre 14 e 20 anos. Esta pesquisa teve como referencial teórico a abordagem psicossocial do conhecimento. Foi publicada em 2000, no Distrito Federal (RIBEIRO, 2000).
- Uma dissertação desenvolve um estudo de caso de cinco homens adultos pobres que são pais, visando discutir a construção da identidade nestes homens. Os dados foram coletados por meio de entrevistas individuais e semi-dirigidas. Esta pesquisa teve como referencial teórico a abordagem sócio-cultural, além da psicanálise. Foi publicada em 2000, no estado de Minas Gerais (NASCIMENTO, 2000).
- Uma dissertação buscou compreender o significado atribuído por quatro homens ao processo de construção da masculinidade diante do movimento de emancipação da mulher. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas e a análise de conteúdo segundo Bardin. O referencial teórico são as teorias e práticas psicossociais e culturais críticas. Foi publicada em 2002, no estado do Rio Grande do Sul (ALMEIDA, 2002).
- Uma dissertação teve como objetivo investigar como a violência contra a mulher se legitima por meio da construção da masculinidade. Foram utilizadas as histórias de vida de quatro homens. Da abordagem teórica desta pesquisa constaram a Psicossociologia de Comunidade e a Ecologia Social. Foi publicada em 2002, no estado do Rio de Janeiro (POSADA, 2002).
- Uma dissertação visou identificar as representações sociais masculinas do que é Ser Homem, bem como as diferentes práticas afetivas. A pesquisa foi realizada com 208 homens, com graus de instrução Fundamental e Superior. O referencial teórico é a teoria

de representações sociais. Foi publicada em 2003, no estado do Espírito Santo (MACHADO Fo., 2003).

Palavras -chave: Constituição da masculinidade

Total: 01

Esta produção é oriunda da área da psicologia, em nível de mestrado, do estado do Rio de Janeiro, utiliza a abordagem psicanalítica e foi publicada em 1997. Teve como objetivo analisar e discutir a diferença sexual a luz da psicanálise. Para tanto a autora trabalhou com os textos de Freud, Stoller e Lacan, os dois últimos pós freudianos. Desta maneira, ela discute e traça diferenças entre estas vertentes, assinalando o posicionamento naturalista de Freud e o viés da construção da diferença sexual apresentado por Stoller e Lacan (TOLEDO, 1997).

Palavras- chave: mulheres chefes de família

Total: 10

Sendo:

Quantidade	Área	Abordagem	Estado	Ano	Teses	Dissertações
02	Psicologia	Materialismo	SP	2001	01	01
		Histórico – Histórico-Crítica	RS	2002		
02	Ciências Sociais					02
02	Enfermagem				01	01
01	Extensão rural					01
01	Medicina					01
01	Serviço Social					01
01	Política social					01

As produções científicas na área da Psicologia apresentam as seguintes características:

- A tese de doutoramento teve como objetivo identificar as percepções de mulheres chefes de família, sobre os processos de mudanças nas composições destas famílias, além da percepção destas mulheres frente à separação conjugal e à construção da auto-estima feminina (SOARES, 2001).
- A dissertação trata de uma investigação das explicações trazidas por mães (chefes de família) que cometeram algum tipo de violência contra as filhas, bem como, das relações de poder entre mãe e filha (MENDONÇA, 2002).

Palavras- chave: Homens desempregados

Total: 41

Sendo:

Quantidade	Área	Abordagem	Estado	Ano	Teses	Dissertações
08	Psicologia	Interacionismo	(2)SP	1992		08
		simbólico mediano -	RJ	1998		
		Causalidade de Heider	SC	1999		
		e atribuição diferencial	(2)CE	(2)2001		
		entre atores e	MG	(2)2002		
		observadores de Jones e		2003		
		Nisbett- Paradigma de				
		Hannah Harendt -				
		Histórico cultural-				
		(2)Não identificou-				
		Fenomenologia- Sócio-				
		ineteracionista				
06	Economia				01	05
06	Medicina (psiquiatria)				02	04

04	Educação				01	03
03	Administração					03
03	Saúde pública				02	01
02	Direito				01	01
02	Enfermagem					02
02	Ciências Sociais					02
01	Serviço Social					01
01	Antropologia					01
01	Demografia					01
01	Meio ambiente					01
01	História					01

As produções científicas na área da Psicologia apresentam as seguintes características:

- Uma dissertação faz uma análise das conseqüências do desemprego na construção e manutenção da identidade dos sujeitos. Para tanto o autor ateve-se a quatro relatos biográficos. Através da análise destes relatos ele verificou que o trabalho ocupa uma posição privilegiada na construção da identidade de homens, além de verificar uma estreita relação entre o papel de trabalhador e os demais papéis desempenhados por estes homens. O referencial teórico do autor é o interacionismo simbólico e o ano de publicação foi 1992 (MACEDO, 1992).
- Uma dissertação analisa as causas do desemprego trazidas por homens e mulheres desempregados. Para atingir tal objetivo o autor utilizou um questionário fechado, realizando posteriormente uma análise quantitativa (RODRIGUES, 1998).
- Uma dissertação teve como objetivo geral compreender a dimensão pública que aparece na ação de lideranças sindicais, e, como objetivos específicos, compreender: 1) o que está sendo negociado entre as lideranças no espaço sindical; 2) que assuntos são considerados

fúteis, vergonhosos ou desonrosos; e 3) que subjetividades estão sendo delineadas nestes espaços (BRITO, 1999).

- Uma dissertação estudou as relações entre gênero e a constituição da saúde mental feminina (SANDRI, 2001).
- Uma dissertação investigou o modo como homens de camadas médias vivenciam a situação de desemprego. O autor utilizou entrevistas semi-dirigidas, partindo da compreensão e vivência destes homens sobre o seu modo de lidar com a ausência de emprego, à luz da sua subjetividade e das relações sociais. A análise do material coletado nas entrevistas possibilitou verificar os sentimentos destes homens frente às mudanças ocorridas na vida pessoal, familiar e socioeconômica, além das estratégias de enfrentamento utilizadas e as expectativas em relação ao futuro. Esta dissertação teve como referencial teórico a fenomenologia e foi publicada em 2002, em Fortaleza-CE (PIMENTEL, 2002).
- Uma dissertação consistiu em um estudo de caso de três casais de famílias de camadas populares, no qual o objetivo era verificar as formas singulares desses sujeitos se adaptarem e ressignificarem o modelo tradicional de família em seus cotidianos. Nessas famílias a mulher exercia o papel de provedora financeira da família e o homem encontrava-se em situação de desemprego. Para atingir tal propósito a autora utilizou entrevistas de histórias de vida. Esta produção científica teve como referencial teórico a perspectiva sócio-interacionista e foi publicada em 2002, em Minas Gerais (RIBEIRO, 2002).
- Uma dissertação analisa a vivência de casais no contexto em que a mulher é a provedora do lar e o homem está fora do mercado de trabalho, além de investigar as repercussões do desemprego na vida destas famílias. A autora aponta como objetivos específicos levantar conhecimentos acerca desta configuração familiar; identificar as estratégias utilizadas pelo

casal; e conhecer as atitudes de homens e mulheres em relação às seguintes categorias: vivência da afetividade; paternidade/maternidade; identidade sexual; agressividade; lazer; vivência profissional e social. Para tanto a autora utilizou tanto o método quantitativo quanto o qualitativo. Esta pesquisa foi publicada no ano de 2003, no estado do Ceará (PEREIRA, 2003).

Palavras- chaves: masculinidade e desemprego

As produções que constaram neste descritor, estão contidas na pesquisa anterior: Homens Desempregados.

Palavras-chave: Pais desempregados

As dissertações e teses que surgiram com esta palavra-chave, também constam quando utilizado o descritor homens desempregados.

Palavras-chave: Família e pai desempregado

Total: 4

Sendo:

Quantidade	Área	Abordagem	Estado	Ano	Teses	Dissertações
02	Psicologia	Teoria ecológica- Teoria sistêmica	RS DF	1998 2000	1	1
01	Odontologia					1
01	Direito					1

Ambas as produções de psicologia apresentadas neste quadro, não tratam da temática aqui proposta. A dissertação tece uma análise das redes de apoio social e afetivo de crianças expostas a situações de risco (HOPPE, 1998). A tese trata do trabalho infantil

(MARQUES, 2000). Estas duas pesquisas pontuam, como um dos elementos que proporcionam a exposição de crianças a situações de risco e do trabalho infantil, o contexto familiar em que há situações de desemprego vividas pelos pais.

Anexo 2 - Roteiros de entrevistas

Roteiro de entrevista para os pais:

- **Carreira profissional;**

Pergunta geradora: Fale sobre a sua carreira profissional.

- **Desemprego;**

Perguntas geradoras: Por que você ficou desempregado? Como você lida com este fato?

O que você faz hoje, encontrando-se desempregado?

- **Carreira profissional da companheira;**

Pergunta geradora: Fale sobre a carreira profissional da sua companheira.

- **Relação com os filhos;**

Perguntas geradoras: Como é a sua relação com os seus filhos? Mudou alguma coisa depois que você ficou desempregado?

- **Relação com a companheira;**

Perguntas geradoras: Como é a sua relação com a sua companheira? Mudou alguma coisa depois que você ficou desempregado?

- **Relação com a família de origem;**

Perguntas geradoras: Como é a sua relação com seus pais? Ambos trabalham ou trabalhavam?

- **Masculinidades e feminilidades.**

Perguntas geradoras: Quais características você acha que possui que são tidas como masculinas na nossa sociedade e quais femininas? E a sua companheira?

Roteiro de entrevista para as mães:**- Carreira profissional;**

Pergunta geradora: Me descreva a sua carreira profissional.

- Carreira profissional do companheiro;

Pergunta geradora: Fale sobre a carreira profissional do seu companheiro.

- Relação com os filhos;

Perguntas geradoras: Como é a sua relação com os seus filhos? Mudou alguma coisa depois que seu companheiro ficou desempregado?

- Relação com o companheiro;

Perguntas geradoras: Como é a sua relação com o seu companheiro? Mudou alguma coisa depois que ele ficou desempregado?

- Relação com a família de origem;

Perguntas geradoras: Como é a sua relação com seus pais? Ambos trabalham ou trabalhavam?

- Masculinidades e feminilidades.

Perguntas geradoras: Quais características você acha que possui que são tidas como masculinas na nossa sociedade e quais femininas? E o seu companheiro?

Roteiro de entrevista para os/as filhos/as:**- Carreira profissional;**

Perguntas geradoras: Você estuda? Trabalha? O que planeja para o seu futuro profissional?

- Carreira profissional do pai e da mãe;

Pergunta geradora: Fale sobre a carreira profissional do seu pai e da sua mãe.

- Relação com o pai;

Perguntas geradoras: Como é a sua relação com o seu pai? Mudou alguma coisa depois que ele ficou desempregado?

- Relação com a mãe;

Perguntas geradoras: Como é a sua relação com a sua mãe? Mudou alguma coisa depois que seu pai ficou desempregado?

- Relação com irmãos e irmãs (caso possua);

Perguntas geradoras: Como é a sua relação com os seus irmãos? Mudou alguma coisa depois que seu pai ficou desempregado?

- Relação com os avós paternos e maternos;

Perguntas geradoras: Como é a sua relação com a sua família paterna e materna?

- Masculinidades e feminilidades.

Perguntas geradoras: Quais características masculinas e femininas o seu pai possui? E sua mãe?

Anexo 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Grazielle Tagliamento e estou desenvolvendo a pesquisa **Com a palavra, o prover: uma análise das masculinidades produzidas em contextos familiares nos quais a mãe é a provedora**. Para tanto, serão realizadas entrevistas gravadas com você e seus familiares (pai/mãe/filho). Este momento pode trazer algum constrangimento para você, porque pedirei que você me conte algumas coisas de sua vida pessoal e pedirei a você permissão para usar um gravador para registrar a sua fala, mas espero que traga benefícios para você e para os outros pois, com esta pesquisa, poderemos ajudar os programas voltados para questões relativas às masculinidades e família. Se você tiver alguma dúvida em relação ao estudo ou não quiser mais fazer parte do mesmo, pode entrar em contato pelo telefone 3318215. Se você estiver de acordo em participar, posso garantir que as informações fornecidas serão confidenciais e só serão utilizadas neste trabalho, mantendo o anonimato de cada informante.

Assinaturas:

Pesquisadora _____

Orientadora da pesquisadora _____

Eu, _____, fui esclarecido sobre a pesquisa **Com a palavra, o prover: uma análise das masculinidades produzidas em contextos familiares nos quais a mãe é a provedora**, e concordo que meus dados sejam utilizados na realização da mesma.

(local e data)

Assinatura